



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Talita dos Anjos Lima

SAÚDE MENTAL DE MULHERES FEMINISTAS: um estudo sobre o impacto do discurso
de equidade de gênero na saúde mental de militantes na cidade de Palmas – TO

Palmas – TO

2018

Talita dos Anjos Lima

SAÚDE MENTAL DE MULHERES FEMINISTAS: um estudo sobre o impacto do discurso de equidade de gênero na saúde mental de militantes na cidade de Palmas – TO

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof. M.e Cristina D'Ornellas Filipakis

Palmas – TO

2018

Talita dos Anjos Lima

SAÚDE MENTAL DE MULHERES FEMINISTAS: um estudo sobre o impacto do discurso
de equidade de gênero na saúde mental de militantes na cidade de Palmas – TO

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como
requisito parcial para aprovação na disciplina de
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de
bacharelado em Psicologia do Centro Universitário
Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof. M.e Cristina D’Ornellas Filipakis

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. M.e Cristina D’Ornellas Filipakis

Orientador

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.a Me. Ruth do Prado Cabral

Centro Universitário Luterano de Palmas

Prof.a Esp. Milena Alves de Carvalho

Universidade Federal do Tocantins

Palmas – TO

2018

DEDICO

- *As melhores ideias desse texto:*

À Cristina D'Ornellas Filipakis, que foi a primeira a ouvi-las e lapidou-as com tanto rigor e carinho, que o resultado não poderia ter sido outro: um trabalho científico recheado de afeto.

- *O que nele houver de amizade:*

À Evelyly Silva, Gleycielle Magalhães e Lorena Dias. Há muito vocês me ensinam sobre o preço da ternura. Esse texto também é resultado da atenta e constante escuta de vocês.

- *O que nele existir de alegria:*

A Romana Rossi Donato, Vinicius Nascimento e Viviane Moreira e Silva. É verdade o que dizem sobre a leveza que o riso trás. E riso, eu tive muito com vocês. Obrigada.

- *O que nele existir de persistência:*

À Alyne Pires de Jesus. Há muito de você na minha vida, porque 10 anos de amizade não são 10 dias. Obrigada por persistir neste lugar-afeto.

AGRADECIMENTOS

Quero, de coração, agradecer a Yeshua Hamashia. O que seria de mim sem Tua ajuda? À minha orientadora, Cristina Filipakis, para quem também dedico este trabalho. Você ainda vai ouvir muitos elogios pela tua afetividade, pelo calor humano, pela competência. São muito bem merecidos, afinal de contas.

Agradeço à minha mãe Teresinha de Jesus Pereira Lima Barbosa. A gente costumava brincar e rir do tamanho do seu nome. No final de tudo, seu amor é ainda maior. Obrigada pelo cuidado. Obrigada pela paciência. Obrigada pelos incentivos.

Agradeço à meu pai Benigno Barbosa dos Anjos. Me ensinou a ler, e com a leitura, descobri um mundo que quero pra mim, um mundo de poesia, de criatividade, de magia através das letras. Obrigada pelo incentivo constante ao estudo. Obrigada por acreditar em mim.

Agradeço a minha irmã Zaine dos Anjos Lima. Sua coragem me inspirou; e ao irmão Elias dos Anjos Lima, pelas conversas e pelo afeto. Obrigada Monique Carvalho pelas conversas conceituais, pela companhia na luta, por todo o aprendizado e desconstrução.

Agradeço aos meus amigos tão amados: Hugo Pompeu (*como eu sinto sua falta*) com seu abraço-casa, Ronaldo França, por todas as vezes que cozinhou para mim, porque cozinhar é uma forma de amar os outros e me senti muitíssimo amada e acolhida; a Luan Miller, pelas risadas, a Hindya Lessa, por compartilhar os mesmos caminhos, não me sinto tão sozinha.

Obrigada Thainara Oliveira, por sempre acreditar em mim, e torcer mais do que eu mesma, as vezes. Obrigada Fernando Veloso, todas as vezes em que eu conversei com você, valem por todas as outras que não estivemos suficientemente próximos. Obrigada Iane Barros, por ser a minha voz da razão!

Agradeço imensamente a Josiane Ribeiro. Você chegou no finzinho, mas desempenha papel tão importante que não consigo dimensionar a alegria que é poder conhecer você. Repito: queria tanto ter te conhecido antes!

Agradeço à banca, na pessoa de Milena Alves de Carvalho e Ruth do Prado Cabral. Abriram os meus olhos para uma imensidão de possibilidades e doaram à correção a mesma quantidade de rigor e generosidade.

Por fim, obrigada às participantes da pesquisa. Pela disponibilidade, pela abertura, pela dedicação! Este trabalho não seria possível sem a colaboração de vocês. Este trabalho tem tanto afeto que toda a sua extensão ainda não seria o suficiente para que eu demonstrasse o tamanho da minha gratidão.

RESUMO

LIMA, Talita dos Anjos. **SAÚDE MENTAL DE MULHERES FEMINISTAS**: um estudo sobre o impacto do discurso de equidade de gênero na saúde mental de militantes na cidade de Palmas – TO. 2018. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia. Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO. 2018

Tendo em vista a construção social da condição da mulher na nossa sociedade, as lutas destas por emancipação política, social e individual, bem como os ataques sofridos por mulheres que se engajam nesse propósito, cabe então questionar como anda a saúde mental dessas mulheres. Para tanto, este trabalho apresenta como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Quais os impactos do discurso de equidade de gênero na saúde mental de mulheres militantes feministas na cidade de Palmas-TO? Para responder a essa inquirição, teve-se como objetivo geral: descrever os possíveis impactos que o discurso de igualdade de gênero tem na saúde mental e nas relações sociais de mulheres que participam ativamente de coletivos feministas em Palmas-TO. Os objetivos específicos, portanto, foram: registrar quais os conhecimentos e conceitos que mulheres feministas têm acerca de saúde mental e militância feminista, identificar e transcrever como se deu o contato dessas mulheres com o discurso de igualdade de gênero e feminismo, registrar momentos aos quais estas mulheres consideram que afetaram de forma significativa sua saúde mental, após o engajamento em coletivos feministas e pontuar possíveis diferenças entre a qualidade de saúde mental antes e após o engajamento no movimento feminista. A metodologia utilizada nesse trabalho foi de abordagem qualitativa e de natureza aplicada. Com objetivo exploratório, foram realizados procedimentos de pesquisa de campo, com utilização de entrevista semiestruturada para a coleta de dados. A amostra englobou 4 (quatro) mulheres de idade entre 22 e 28 anos, com ensino superior incompleto. Como resposta ao problema de pesquisa, conclui-se que o engajamento em militância feminista afeta de forma positiva e benéfica a saúde mental das mulheres que participaram da pesquisa. Além disso, foi possível observar questões como ciberativismo, violência intrafamiliar e a influencia dessas no cotidiano das militantes feministas que compuseram a amostra da pesquisa.

Palavras chave: Feminismo, Saúde Mental, Gênero, Militância.

ABSTRACT

LIMA, Talita dos Anjos. **MENTAL HEALTH OF FEMINIST WOMEN**: a study on the impact of gender equity discourse on the mental health of militants in the city of Palmas - TO. 2018. 66f.. Course Completion Work (Graduation) - Psychology Course. University Center of Lutheran Palms, Palmas / TO. 2018

In view of the social construction of the condition of women in our society, their struggles for political, social and individual emancipation, as well as the attacks suffered by women who engage in this purpose, it is then necessary to question the mental health of these women. Therefore, this work presents as a research problem the following question: What are the impacts of gender equity discourse on the mental health of feminist militant women in the city of Palmas-TO? In order to answer this question, the general objective was to describe the possible impacts of the gender equality discourse on mental health and the social relations of women who actively participate in feminist groups in Palmas-TO. The specific objectives, therefore, were: to register the knowledge and concepts that feminist women have about mental health and feminist militancy, to identify and transcribe how these women came into contact with the discourse on gender equality and feminism, to record moments to which these women consider that they have significantly affected their mental health after engaging in feminist collectives and to point out possible differences between the quality of mental health before and after engagement in the feminist movement. The methodology used in this work was qualitative and applied in nature. With an exploratory objective, field research procedures were performed, using a semi-structured interview to collect data. The sample comprised 4 (four) women between 22 and 28 years of age, with incomplete higher education. As a response to the research problem, it is concluded that the engagement in feminist militancy affects positively and beneficially the mental health of the women who participated in the research. In addition, it was possible to observe issues such as cyber-violence, intrafamily violence and their influence on the daily life of the feminist militants who composed the research sample.

Keywords: Feminism, Mental Health, Gender, Militancy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FEMINISMO	14
2.1 DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	22
3 SAÚDE MENTAL	25
4 GÊNERO	31
5 MILITÂNCIA E ATIVISMO	35
5.1 CIBERATIVISMO	37
6 METODOLOGIA	39
6.1 DESENHO DO ESTUDO (TIPO DE ESTUDO)	39
6.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	39
6.3 OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO E AMOSTRA	39
6.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	40
6.5 VARIÁVEIS	40
6.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	40
6.7 ASPECTOS ÉTICOS	42
6.7.1 Riscos	43
6.7.2 Benefícios	43
6.7.3 Desfechos	43
6.7.3.1 Primário	43
6.7.3.2 Secundário	43
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
7.1 CIBERATIVISMO FEMINISTA	51
7.2 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR OU DOMÉSTICA	55
7.3 SAÚDE MENTAL E FEMINISMO	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	71

1 INTRODUÇÃO

É possível observar, durante o curso da história, a posição que a mulher tem ocupado social e politicamente, de acordo com os relatos, os documentos e as representações desta na literatura e na arte. Se por um lado, as sociedades pagãs a. C, muitas vezes proporcionaram às mulheres posições equivalente a de homens, por outro lado, nas sociedades d.C, que adotavam a religião cristã, o espaço de atuação da mulher tem sido restrito e restringido por homens há muito tempo.

De acordo com Alves e Pitanguy (1981, p. 11), o famoso pensador Platão conseguiu sintetizar em uma frase, a condição da mulher nos espaços gregos, onde a democracia deu seus primeiros passos: “Se a natureza não tivesse criado a mulher e os escravos, teria dado ao tear a capacidade de fiar sozinho”. Um homem livre era o sinônimo de cidadão e portador de direitos. A ele nunca seriam atribuídas tarefas consideradas menos viris, tais como os cuidados referentes à casa e alimentação.

Mais adiante, as recomendações bíblicas do apóstolo São Paulo às mulheres, de que deveriam aprender em silêncio com toda a sujeição (1 Timóteo 2:11-15) e de que deveriam portar-se sempre submissas a seus maridos (Efésios 5:22), também são retratos da forma como as mulheres eram vistas na Roma Antiga. Os conselhos do apóstolo Paulo, escritos há cerca de 2000 anos, são utilizados até hoje como justificativa da opressão de mulheres nos espaços religiosos.

Como todos os grupos socialmente privados do livre gozo de todos os seus direitos (como exemplo: negros, homossexuais, judeus), as mulheres começaram a se insurgir contra a ordem estabelecida. Na Grécia Antiga, por volta de 195 d.C, protestaram contra a lei que as proibia de andar nos veículos e ouviram então o discurso de um senador, sobre como era difícil a tarefa de mantê-las “tranquilas” e que caso se revogasse essa lei em favor delas, logo seria impossível contê-las (ALVES E PITANGUY, 1981).

Na Idade Média, as mulheres foram submetidas, pela igreja Católica, a um genocídio sem precedentes. Acusadas de bruxaria sob argumentos não confiáveis, e acusações que ultrapassavam o absurdo, as mulheres lideraram o número de mortos, pois era raro que se encontrasse um bruxo. A maior parte das pessoas julgadas e condenadas por bruxaria eram mulheres, que possuíam maior interesse por medicina natural, ervas, ou apresentavam qualquer comportamento um pouco desviante da norma (ALVES E PITANGUY, 1981).

Entretanto, a resistência tem sido certa. Congregadas em torno de um ideal comum, o de fazer valer seus direitos, cada vez mais mulheres se uniram em grupos autogerenciados,

propondo revoluções na forma de se tecer o cenário político e social em relação às desigualdades de gênero e sexo (ALVES E PITANGUY, 1981)

Atualmente, o feminismo tem sido comumente definido como o movimento político social que prima pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Entretanto, é difícil definir com absoluta clareza o que é feminismo, pois este é um movimento marcado pela heterogeneidade de conceitos, lutas e teorias. Entre todas as lutas, um ponto se compartilha: “feminismo é a ideia radical de que mulheres são gente” (SHEAR, 1986).

Romper com a ideia de que mulheres são somente “objetos” que carregam a possibilidade de gerar vida é, em essência, o foco da luta feminista durante o passar dos séculos. O começo marcado dessa luta se deu nas revoluções sufragistas, nas quais mulheres de classe média começaram a requerer o direito de votar e eleger seus representantes. O movimento se iniciou na Inglaterra, por volta do século XIX, e suas militantes são conhecidas até hoje como *sufragettes* (PINTO, 2010).

Como o sistema patriarcal que existe até o momento beneficia prioritariamente aos homens, as pressões que essas mulheres exercem para que seus direitos sejam assegurados e para que possam ocupar seus lugares de atuação provocam um mal estar generalizado. As tentativas de silenciamento e ridicularização do movimento tiveram grande apoio de áreas da ciência (medicina, por exemplo, com o argumento biológico de inferiorização da mulher), política e religião (SARAIVA, 2008).

É importante ressaltar que em se falando de saúde mental a mulher tem sido submetida e subjugada a processos dicotômicos e equivocados de “promoção de saúde”, nos quais suas singularidades foram transformadas em diferenças irreconciliáveis, a ponto de, no âmbito psiquiátrico, reações tipicamente normais do corpo feminino serem rotuladas como doenças ou transtornos.

De acordo com Saraiva (2008), as diferenças biológicas e sociais entre homens e mulheres tornam esta última uma maior candidata para ser o receptáculo das sobrecargas sociais das perturbações mentais. Não se deve ignorar, claro, as alterações físico-químicas da influência dos hormônios na saúde mental da mulher, entretanto, também não se deve deixar de questionar o extremo uso desse argumento, que aliado à falta de crítica sobre a socialização de mulheres, acaba por afetar a qualidade da saúde mental delas.

Se entendermos que saúde mental não é apenas a ausência de transtornos mentais, mas que engloba toda a rede de relações que se estabelece entre o âmbito biofisiológico, psicológico, social, cultural e político, podemos traçar uma relação direta entre os espaços de

atuação de uma pessoa na sua sociedade e a qualidade de sua saúde mental (ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE MENTAL, 2002).

Esse trabalho pretende entender a forma como se dá a socialização da mulher feminista atuante nesses espaços de luta pela equidade de direitos e a forma como seus ambientes de circulação afetam na sua saúde mental. Pretende ainda descrever a forma como essas mulheres enxergam a sua saúde mental antes e depois do engajamento em questões de ordem feminista e sua autoavaliação sobre esses processos.

Portanto, este trabalho pretende questionar quais são os impactos que o discurso de equidade de gênero tem na saúde mental de mulheres militantes feministas na cidade de Palmas-TO.

Visando responder a esse questionamento, o objetivo geral deste trabalho é descrever os possíveis impactos que o discurso de igualdade de gênero tem na saúde mental de mulheres que participam ativamente de coletivos feministas em Palmas-TO. Para chegar a este propósito, os objetivos específicos foram: registrar quais os conhecimentos e conceitos que mulheres feministas têm acerca de saúde mental e militância feminista; identificar e transcrever como se deu o contato dessas mulheres com o discurso de igualdade de gênero e feminismo; registrar momentos aos quais estas mulheres consideram que afetaram de forma significativa sua saúde mental, após o engajamento em coletivos feministas e pontuar possíveis diferenças entre a qualidade de saúde mental antes e após o engajamento no movimento feminista.

A relevância deste trabalho, tantos em termos social, acadêmico e pessoal, se dá pelos seguintes motivos:

De acordo com dados recentes (2017) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) as desigualdades baseadas em diferenças de gênero ainda são fortemente arraigadas na cultura brasileira. Os números mostram, por exemplo, que mulheres chegam a trabalhar cerca de 7,5 horas a mais do que homens durante a semana, e que realizam, além disso, dupla jornada de trabalho. Esta é uma forma encoberta da reprodução do machismo, um sistema que, de acordo com Drumont (1980), é definido por representações simbólicas que utilizam o argumento do sexo biológico para polarizar as relações humanas entre dominante (homens) e dominadas (mulheres).

O machismo tem base e apoio numa cultura patriarcal, sistema no qual a dominação de homens sobre mulheres abrange muito mais do que o âmbito sexual, e alcança também a esfera familiar, trabalhista, econômica e política. Outros dados mais alarmantes são os números sobre estupros: 1 a cada 11 minutos, de acordo com o Anuário Brasileiro de

Segurança Pública (2015); sobre violência doméstica: a cada 7,2 segundos, uma mulher é vítima no Brasil; e durante o ano de 2013, 13 mulheres morreram por dia no Brasil, vítimas de feminicídio. Cerca de 30% delas foram mortas por parceiro ou ex parceiro (Mapa da Violência, 2015).

O feminismo é um movimento político e social, protagonizado por mulheres e que visa conquistar a igualdade de direitos entre os gêneros. Seu início tem data incerta, mas as primeiras insurreições de mulheres contra o sistema patriarcal se deu por volta do século XIX, com os movimentos pelo direito ao voto, e desde então, as mulheres que se colocaram na linha de frente dessas lutas têm recebido ataques e intimidações porque são consideradas uma ameaça ao sistema e ao poder até então inquestionável de homens sobre mulheres.

Por fim, a saúde mental de cada indivíduo é resultado de variados contextos nos quais esse indivíduo está inserido. A política, a cultura e a sociedade influenciam diretamente a saúde mental das pessoas. Considerando, então, o contexto permeado pelo machismo, viriarcado¹ e acentuada violência contra a mulher, é possível entender que a saúde mental de mulheres é afetada de forma diferente da saúde mental de homens (SARAIVA, 2008).

A perseguição a mulheres feministas e principalmente ativistas é constante. A Folha de São Paulo (2015) aponta casos em que mulheres sofrem ameaças de estupro ao defenderem o feminismo. Entre os casos citados, pode-se citar o da professora Dolores Aronovich, autora do blog *Escreva Lola, Escreva*, que teve seus dados pessoais e telefones divulgados em redes sociais e sofreu ameaças, além de ter seu conteúdo censurado.

No ano passado, uma ativista do movimento feminista e lésbico cometeu suicídio. O fato de que nas redes sociais todos os seus amigos estavam impressionados por ela não ter demonstrado as angústias que a afetavam, foi um dos motivos que me impulsionaram a querer pesquisar sobre a saúde mental de mulheres feministas.

Baseando-se nesses dados, é possível supor que a saúde mental das mulheres é fortemente influenciada pelas condições a que ela está submetida na nossa cultura e sociedade, provocando adoecimentos e o aumento de transtornos mentais nesse gênero.

Por outro lado, também há a possibilidade de que o contato com um discurso que preza pela igualdade de direitos, empoderamento feminino e libertação de relações abusivas, pode influenciar de forma positiva a saúde mental dessas mulheres. Este trabalho tem a

¹ Viriarcado é um termo proposto por Nicole-Claude Mathieu em 1985 e se refere ao poder que homens exercem sobre mulheres. É considerado por Welzer-Lang (2001) como um termo mais abrangente do que patriarcado, que não é amplo o suficiente para descrever o sistema de dominação de homens sobre mulheres e antropológicamente diz respeito apenas ao poder dos pais sobre a família.

pretensão de investigar de que forma os discursos de igualdade de gênero afetam a saúde mental dessas mulheres feministas.

Os resultados dessa pesquisa podem colaborar para que se esclareçam os impactos psicológicos de um discurso que objetiva uma revolução contra as opressões de gênero na nossa cultura. Tem relevância social pela atual conjuntura política do século XXI, no qual as mídias sociais veiculam cada vez mais a luta feminista e também, cenário em que este tema encontra grande resistência. A relevância acadêmica se dará pelo agregamento de mais subsídios para a prática da psicologia clínica e social, pois as questões de opressão de gênero são cada vez mais presentes dentro dos consultórios e nas diversas realidades nas quais o profissional de psicologia poderá atuar.

O trabalho foi organizado em capítulos que visam esclarecer as teorias que fundamentam a pesquisa. O capítulo 2 (dois) “Feminismo” traz uma breve historicidade sobre a luta feminista, bem como conceitos e definições. O capítulo 3 (três) versa sobre “Saúde Mental”, sua definição e a correlação entre saúde mental e gênero. O capítulo 4 (quatro) “Gênero” esclarece o que é gênero e as teorias elaboradas até o momento a respeito do que se conhece sobre gênero.

Em seguida, são explicadas as opções metodológicas utilizadas na pesquisa, bem como a técnica da entrevista semiestruturada. A seguir, são explicitados os resultados e discussões acerca dos dados coletados. Neste ponto, correlaciona-se os dados coletados com o referencial teórico da presente pesquisa. São apresentadas as considerações finais, onde se traça um parecer geral da pesquisa e apontam-se propostas para futuras pesquisas. Por fim, seguem as referências bibliográficas utilizadas no trabalho, bem como os apêndices sobre a entrevista semiestruturada, TCLE e Declaração da Instituição participante.

2 FEMINISMO

Falar sobre feminismo não é simples, pois implica falar (e criticar politicamente) as condições geradoras do surgimento deste movimento. Se por um lado, a sua definição não pode ser única, pois abrange um complexo espectro que tenta abarcar as diferenças de todas as mulheres, por outro lado, a sua origem tem uma só raiz: a luta contra a arraigada opressão de homens sobre mulheres, do masculino sobre o feminino, das características do másculo sobre as características do feminil.

De acordo com Alves e Pitanguy (1981), o feminismo tem se caracterizado pela luta por um *status* em que indivíduos, tanto mulheres quanto homens, não precisem mais se submeter a um sistema hierarquizado. Um *status* onde todas as características que hoje são consideradas como “masculinas” ou “femininas” possam ser plenamente vivenciadas por ambos os sexos, sem que isso cause constrangimento ou se configure como uma ameaça ao sistema.

Ainda de acordo com as autoras, o feminismo afirma o sexo como político, e isso quebra os modelos políticos convencionais, pois escancara as relações de poder, e consequentemente, de dominação entre os sexos. Ao procurar fugir desses modelos políticos nos quais a relação de poder se baseia na diferença entre os sexos, o feminismo se auto organiza de forma descentralizada, sem objetivar impor um só discurso para todas as militantes.

Os discursos se baseiam nas vivências, na prática e na realidade de cada mulher, e por este motivo que não se pode usar apenas uma definição para abarcar a heterogeneidade do movimento. Ele é multifacetado e complexo. Entretanto, para finalidades acadêmicas, encontram-se definições acerca do feminismo.

De acordo com Beauvoir (1949, p. 23), o feminismo é a tentativa das mulheres de se evadirem da esfera de submissão que lhes foi designada até o momento e “participar do *mitsein* humano”. *Mitsein* humano é aqui entendido pelo *ser-com*, expressão cunhada por Heidegger, que viabiliza no homem a referência a outro homem, o reconhecimento da existência de outro (BARBOSA, 1998). Portanto, a mulher esforça-se para ter reconhecida a sua existência em sua alteridade, e não *em relação* a um homem.

De acordo com Alves e Pitanguy, o feminismo é a tentativa de superação das formas de organização tradicionais, que estão “baseadas em assimetria e autoritarismo” (1981, p. 8). O movimento busca resgatar e estabelecer um momento em que as diferenças entre homens e mulheres não sejam mais traduzidas em uma relação de poder, hierarquizada e opressora.

A origem do feminismo não tem uma data específica. Em seu livro “*O que é feminismo*”, as autoras Alves e Pitanguy (1981) traçam uma trajetória dos momentos de insurreição de mulheres contra o *status quo*. Na Grécia Antiga, por exemplo, onde surgiu a concepção moderna de democracia e cidadania, as mulheres eram consideradas, juntamente aos escravos, como não capazes de votar e participar dos espaços políticos.

A educação das mulheres também era relegada a uma posição inferior, e o único centro de estudo para mulheres que se tem registrado na Grécia Antiga foi fundado pela poetisa Safo em 625 a.C. Apesar das falas dos grandes pensadores, como Pitágoras, que afirmou que “há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (BEAUVOIR, 1949), a insistência dos discursos de dominação masculina demonstram a intensidade da resistência feminina.

Em 195 d.C., mulheres romanas protestaram contra a sua exclusão dos meios de transporte públicos. Um senador, Marcio Catão, resumiu em sua fala a relação de dominação e a força da resistência das mulheres. Em seu pronunciamento ele dizia:

Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas, e as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir as vossas costas para dominá-los (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 14).

Em sua fala, é expressa a “dificuldade” para manter as mulheres “tranquilas” e ele alerta para o “perigo” de promover a igualdade legal entre os sexos, com o risco de que as mulheres imediatamente quisessem dominar os homens. Por outro lado, em outras sociedades, a relação entre homens e mulheres assumia um caráter mais complementar e menos competitivo.

Em algumas sociedades tribais da Gália e Germânia, as mulheres exerciam papéis que exigiam o mesmo espaço de atuação que homens ocupavam. Também na América pré-colonialismo, em algumas sociedades de caçadores e coletores (os Iroqueses e Horúns), não existia a divisão de tarefas baseada no sexo (ALVES e PITANGUY, 1981).

As autoras também relatam que antes da reinstauração da legislação romana, na Idade Média as mulheres desfrutavam de alguns direitos concedidos por lei. Isso se dava por conta do afastamento em massa de homens, que estavam engajados em guerras ou recolhidos em mosteiros. Desta forma, as atividades profissionais quase todas eram desenvolvidas por

mulheres, desde a sapataria, costuraria, serralheria e carpintaria. Contudo, sua remuneração era sempre inferior a de homens.

Na esfera da educação, a mulher também sofreu restrições, mas há relatos do século XIV, onde quinze mulheres se formaram em Medicina, na universidade de Frankfurt. Também neste mesmo século, surge Christine de Pisan, que pode ser considerada um dos primeiros nomes feministas. Viúva e com dois filhos, sustentou a família com sua profissão de escritora e poetisa da corte francesa e defendia o direito de educação igual entre meninos e meninas, provocando polêmicas entre seus colegas escritores. É ela a autora de “*A cidade das mulheres*”, um livro no qual ela afirma a igualdade de natureza entre homens e mulheres (ALVES e PITANGUY, 1981).

Ao se falar em Idade Média, apesar de alguns casos de destaques de mulheres e sua ampla participação na economia doméstica e da comunidade, o papel mais frequentemente delegado às mulheres foi o de perseguição pela Santa Inquisição. O atrelamento da “maldição de Eva”, que foi a responsável pela queda do homem, era então, o fardo que toda mulher carregava.

Foi neste período que se deu a “caça às bruxas”, e este genocídio da população feminina não foi objeto de interesse de muitos historiadores. Para cada dez mulheres bruxas queimadas e torturadas nas fogueiras, era encontrado apenas um homem bruxo (ALVES e PITANGUY, 1981).

As autoras também postulam a ideia de que a Inquisição traduz um pensamento central da manutenção da dominação de homens sobre as mulheres: o suposto conhecimento que essas mulheres bruxas teriam, fugia ao alcance do poder dos homens e permitia que elas tivessem acesso a esses lugares de atuação que outros não tinham.

Um dos importantes documentos que legitimou a caça às bruxas foi publicado em 1487, o “*Malleus Maleficarum*”, de autoria de Heinrich Kraemer e James Sprenger. De acordo com Zordan (2005), as descrições que o livro fazia a respeito das mulheres bruxas incutiu no imaginário medieval uma figura de bruxa que era tão ambígua a ponto de não se poder estabelecer com precisão a diferença entre grande devoção a Deus ou ao demônio. Inclusive, de acordo com a mesma autora (2005, p. 333) “como subordinado de Deus, o diabo servia-se da bruxa para testar a fé dos homens e também de mulheres virtuosas”.

Pierre Töpffer *apud* Zordan (2005, p. 336) pontua que a dificuldade de sobrevivência na Idade Média, atrelada a situações de miséria, nas quais, comumente é necessário tomar atitudes extremas, também deve ter contribuído para que os excessos advindos da pobreza e miséria fossem identificados como práticas sobrenaturais.

Também as mulheres virtuosas que pareciam estar dormindo ao lado de seus maridos podiam na verdade, estarem dançando nos sabás (reuniões de bruxas, nos quais as refeições incluíam crianças e eventualmente, copulava-se com o diabo), visto que os demônios eram espíritos e podiam provocar tais manifestações ilusórias (ZORDAN, 2005). Deste modo, entende-se porque a definição exata de uma bruxa era complicada e como toda mulher estava suscetível a ser vítima de tal acusação.

Após ser capturada pelo clero, todos os poderes da bruxa (como voar, iludir, matar com olhares) eram imediatamente suprimidos e o máximo que ela podia fazer, diante do poder da igreja, de Deus e do clero, era tentar iludir por meio de palavras e olhares demoníacos. Era, então, submetida a torturas, para confessar seus delitos e sua associação com as forças das trevas:

Os processos de bruxaria tinham um considerável enfoque nos corpos das bruxas: elas eram desnudadas à procura de um sinal que as pudesse recriminar. Procurando essa marca, “a marca da bruxa” e/ou a “marca do diabo”, seus pêlos eram rapados e todo seu corpo examinado e perscrutado. Agulhas eram fincadas em sua carne a fim de se detectar um ponto diabólico insensível. A maior parte das confissões era obtida depois de muitas sessões nas quais eram lhes imputados flagelos. Em máquinas como “a donzela de ferro” e os “borzeguins”, ou nas torturas sobre a água, no aquecimento dos pés e na introdução de ferros sob as unhas, a ré passava por tantos suplícios que acabava por admitir as sentenças elaboradas pelo inquisidor. [...] A fome e privação de sono às quais eram submetidos os acusados de feitiçaria também rompiam “qualquer resistência”, a ponto de admitirem todas as atrocidades que lhes eram atribuídas (ZORDAN, 2005, p. 335).

Sob tais circunstâncias, era improvável que alguma mulher, ou algum acusado de feitiçaria, não confessasse todos os pecados que a Inquisição lhe impunha e após isso, sofriam a punição da acusação sobre bruxaria. Esta punição regularmente incluía morte pública e queima dos corpos, para que após a morte, as bruxas não conseguissem se recompor e voltar à vida.

Em seu livro “*Lilith: a lua negra*”, o autor Roberto Sicuteri (1988) refere-se à bruxa como o arquétipo de mulher selvagem, em relação ao qual o homem “civilizado” teria dificuldade de lidar com os instintos. Para o autor, o preconceito que acompanha os ataques às mulheres bem resolvidas e independentes está diretamente relacionado a essa dificuldade e medo.

A Inquisição, portanto, é responsável pelo maior ataque escancarado à figura da mulher, ainda que estivesse envolto em superstições religiosas. O autor de *Malleus Maleficarum* não hesitou em afirmar que se matavam as bruxas, era por sua natureza feminina (ALVES e PITANGUY, 1981). Também a Inquisição é responsável pela transmissão de

crenças que se estendem até hoje, e que afetam a forma como as mulheres são vistas, tratadas e consideradas nos dias atuais.

As primeiras vozes a se insurgirem de forma mais ostensiva em relação à dominação masculina sobre mulheres, na América, são, de acordo com Alves e Pitanguy (1981), de Ann Hutchinson, uma mulher cristã que pregava que mulheres e homens foram criados iguais perante Deus. Foi banida da congregação calvinista em 1637, acusada de querer usurpar o lugar de homens dentro da instituição religiosa.

No século seguinte, Abigail Adams escreveu a seu marido, John Quincy Adams, preocupada de que a Declaração de Independência da América não abarcasse os direitos das mulheres. Ela escreveu “Espero que no novo Código de Leis, vocês se lembrem de suas mulheres e sejam mais generosos que seus antepassados”, ao que ele respondeu em sua carta: “Esteja certa, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino” (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 31).

A resposta de John Quincy Adams, importante advogado e presidente norte-americano no século XIX, claramente ciente dos privilégios que obtinha com o “sistema masculino”, e sua recusa em abrir mão deles, demonstra que mesmo em uma Declaração de Independência, na qual se afirmava que todos os homens foram criados iguais, a mulher não estava incluída neste ideal de igualdade.

Na França, paralelamente a esse contexto histórico, o feminismo começava a tomar corpo político, quando as mulheres revolucionárias começaram a perceber que os resultados de suas lutas políticas não as incluíam. Em 1791, Olympe de Gouges publicou o texto *Os direitos da mulher e cidadã*, questionando o suposto direito dos homens de estarem acima das mulheres e gozarem amplamente de direitos políticos, sem que estes fossem estendidos à ala feminina da revolução. Foi guilhotinada em 1793, acusada também de ter querido ser homem e de ter se esquecido das virtudes de ser uma mulher.

As mulheres que durante a revolução francesa realizaram motins, protestos, publicações questionadoras, foram, em 1795, banidas por decreto do espaço público e político francês. A fala de Jean Jacques Rousseau define bem a que lugar se destinava a atuação das mulheres:

Toda a educação das mulheres deve ser relacionada aos homens. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável - São esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância (ROUSSEAU *apud* ALVES e PITANGUY, 1981, p. 35).

Uma mulher se destacou na crítica a Rousseau, questionando se os seus ideais sobre os direitos naturais dos indivíduos se estendiam às mulheres e expondo isso em seu livro “*Defesa dos direitos da mulher*”. Essa mulher se chamava Mary Wollstonecraft e em seu livro publicado em 1792, ela expõe sua ideia de que não existe uma diferença natural relativa à inteligência, entre meninos e meninas. De acordo com Mary, essa diferença só ocorria pela discrepância da educação ofertada entre eles.

Ela propõe que sejam ofertadas iguais oportunidades de acesso a estudo para meninos e meninas, para que essa diferença seja atenuada ou sanada. Mary é considerada por muitos a fundadora do feminismo e esse título não é desmerecido. Sua obra afetou, anos depois, a primeira onda do movimento feminista, conhecida como o movimento sufragista, que teve início no século XIX e no qual se reivindicava primordialmente o direito ao voto feminino, acesso à educação e igualdade trabalhista (ALVES e PITANGUY, 1981).

Wollstonecraft, de acordo com Pereira e Cabral (2017), reproduziu a essência do iluminismo ao defender para todos os seres (e focar os seres femininos) a educação como instrumento de emancipação ou esclarecimento. Isto era algo que embora defendido por homens iluministas, não se estendia às mulheres.

Ao afirmar que era a ignorância que tornava a mulher inferior, e não uma característica inata que a tornava menos capaz que homens, Mary demonstra que a revolução se daria não somente pela observação das questões racionais, mas também de gênero (PEREIRA e CABRAL, 2017).

Como já afirmado anteriormente, as ideias de Mary Wollstonecraft influenciaram a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio. Este direito era concedido apenas aos homens e a partir do século XIX, as mulheres começaram a se organizar para conseguirem o acesso a ele. Foi uma luta que mobilizou cerca de 2 milhões de mulheres em todo o mundo, e que de acordo com Alves e Pitanguy (1981), se estendeu por várias décadas.

Sua predominância se deu nos Estados Unidos, França, Inglaterra e Espanha e suas porta-vozes, as *suffragettes*, denunciavam séculos de opressão de homens sobre as mulheres, requerendo direitos básicos civis, políticos e educativos que eram estendidos livremente aos homens e negados às mulheres (NARVAZ e KOLLER, 2006). O feminismo primário era em sua essência uma luta liberal, e suas militantes, mulheres que tiveram acesso à educação, de classe média e branca.

Em seu livro *O que é feminismo*, Alves e Pitanguy (1981) relatam que por um período de aproximadamente sete décadas, nos Estados Unidos, as sufragistas se organizaram como grupo político. A primeira Convenção dos Direitos da Mulher, ocorrida no ano de 1848, em

Seneca Falls, estabeleceu como dever de toda a mulher americana a luta pelo direito ao voto. Entretanto, só em 1920 lhes foi concedido esse direito constitucionalmente.

Na Inglaterra, Stuart Mill se juntou ao coro de vozes femininas, em 1865, quando apresentou ao parlamento britânico uma proposta de projeto de lei que garantisse o voto feminino. A luta por esse direito adquiriu uma faceta violenta, na qual muitas mulheres foram presas.

No Brasil, o movimento se iniciou por volta de 1910, e teve como principais vozes Deolinda Daltro e Bertha Luz. Foi alcançado progressivamente nos estados e quando por fim, em 1932, o presidente Getúlio Vargas lançou o decreto lei que concedia às mulheres o direito de voto, este já era exercido em dez estados da federação (PINTO, 2003).

Os anos seguintes foram anos em que se entendiam como já conquistados os direitos das mulheres. Elas podiam agora, formalmente e constitucionalmente, votar, estudar e participar do mercado de trabalho. Por esse motivo, os anos que antecederam a II Guerra contaram com uma relativa inércia em relação aos anos anteriores. Com o advento da Guerra, a necessidade da mulher se engajar no trabalho fora de casa, pois os homens estavam em batalha, permitiu que a segunda onda do feminismo começasse a formar corpo.

Esta onda do feminismo tinha como uma de suas máximas, a expressão “o privado é político”, e entendendo como já adiantadas as lutas pelos direitos políticos, civis e estudantis, direcionava as suas intenções para questões mais subjetivas como: o direito ao prazer, liberdade sexual e a denúncia da opressão de gênero.

As maiores expoentes deste momento político, no qual a democracia era contestada e questionada, são: Simone de Beauvoir, a partir do seu livro *O segundo sexo* (1949), que causou intenso desconforto, e desconstrói o até então imperativo conceito sobre o que é ser mulher, ao afirmar que não se nasce mulher, torna-se, a partir da socialização e culturação (BEAUVOIR, 1949).

Betty Friedan, com a publicação de *A mística feminina* (1963), também influencia esta segunda onda, ao propor, através de sua pesquisa, a ideia de que a figura da mulher foi envolta em uma áurea mística, sendo vista e apontada como a perfeita dona de casa, rainha do lar. Ao crescerem dependentes, as mulheres caem em depressão ou se envolvem em gastos exagerados, numa tentativa de suprir o rombo na formação de sua personalidade. De acordo com ela, é desta forma que a sociedade manipula mulheres para movimentar o consumismo.

Também Kate Millet, ao publicar *A política sexual* (1970), propõe uma análise política das relações de poder entre os sexos (ALVES e PITANGUY, 1981), que se demonstra em um âmbito universal, em todas as sociedades patriarcais. Também marcou a segunda onda,

Heleieth Saffioti, militante brasileira, que escreveu clássicos do feminismo, dentre eles “*A mulher na sociedade de classes*”, publicado em 1969, e “*Gênero, patriarcado e violência*”, em 2004.

O feminismo, na segunda onda, passa a dialogar com outras áreas e frentes de lutas, analisando as raízes culturais e sociais das opressões a que as mulheres estavam submetidas. Começa a tomar corpo um questionamento a todos os níveis de interação entre os sexos, sejam eles nos âmbitos privados ou públicos e expõe o fato de que a opressão do sexo masculino sobre o feminino tem motivações muito mais culturais que biológicas (BEAUVOIR, 1949).

Outra peculiaridade da segunda onda foi o começo de reuniões voltadas apenas para as mulheres (PEDRO, 2005). Essas reuniões, na verdade, eram grupos de reflexões, nos quais a partir dos relatos de cada mulher acerca de suas vivências, as outras reconheciam as opressões em comum que sofriam. Esses relatos incluíam a forma como foram criadas, educadas, relacionamentos intra e extrafamiliares e toda situação que estas quisessem compartilhar, fortalecendo-as como coletivo.

Também na segunda onda o feminismo se auto questiona sobre as diferenças evidentes entre as situações de todas as mulheres. Era preciso entender que o feminismo até então elitista, branco e intelectual não abarcava as necessidades das mulheres negras, proletárias, pobres, com parca educação formal (PEDRO, 2005). A segunda onda começa a questionar se a igualdade era suficiente, e institui a equidade como um objetivo a ser alcançado. Em resumo, a segunda onda pluralizou o feminismo, tornando-o heterogêneo e mais abrangente (MEYER, 2004).

Para Pedro (2005), foi na segunda onda que se começou a pensar sobre os debates de gênero, em substituição do debate apenas de sexo. Ela explica que esse debate se inicia a partir do questionamento da universalidade da palavra “homem”, pela qual se supõem inclusas todas as outras individualidades. “O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino” (Pedro, 2005, p. 80).

A discussão baseada no termo “sexo” não era, então, abrangente o suficiente, pois estava correlacionado ao biológico, ao posto que gênero tinha relação direta com o social e cultural. Meyer (2004, p. 15) pontua que o conceito de gênero abrange todos os processos de construção social, cultural e linguística, que influenciam diretamente as diferenciações dos processos que conduzem a formação dos corpos de homens e mulheres.

A terceira onda do feminismo se inicia por volta dos anos 1980, nos quais, de acordo com Narvaz e Koller (2006), o olhar recai sobre as relações de gênero, iniciadas no debate do final da segunda onda, e se estende até os dias atuais. Os estudos sobre a mulher nas academias começa a se interseccionar com as lutas militantes e o campo teórico faz recortes de classes, raças e orientação sexual.

De acordo com Bittencourt (2015), a terceira onda do feminismo é altamente influenciada pelo liberalismo. Sua pauta é desconstruir o gênero como algo fixo e imutável, passando a enxergá-lo como fluido e flexível. Critica a segunda onda, ao afirmá-la como generalizante e permite às suas militantes um discurso que visa impedir a formação de poder de um feminismo sobre o outro.

A terceira onda denuncia a exclusão presente no discurso dito universal do feminismo. Entende que as opressões atingem as mulheres de formas diferentes, e por esse motivo é urgente que se faça um recorte de raça e classe. Também é pauta da terceira onda que o gênero se discuta para fora das representações binárias do que é masculino e feminino (RIBEIRO, 2014).

Também de acordo com Bittencourt (2015), as pensadoras que mais se destacam na produção intelectual da terceira onda são: Judith Butler, Donna Haraway, Susan Bordo e Elisabeth Grosz. Estas propõem que o gênero seja ressignificado, que a normativa que institui a heterossexualidade como regra seja questionada e que se entenda o corpo como construído socialmente (BITTENCOURT, 2015, p. 203). Atualmente não é mais possível falar de apenas um feminismo. Os movimentos feministas seguem reafirmando sua identidade plural e multiforme.

2.1 Direitos humanos das mulheres

O exercício do Direito e a criação de Leis têm sido fundamentais para a garantia de alguns direitos básicos dos seres humanos que foram negados durante muitos séculos, desde que se registra a história da humanidade. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, surgiu da necessidade de se prevenir a recorrência das atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial.

Antes disso, porém, já havia um grande debate a respeito dos direitos do homem, derivados das discussões filosóficas trazidas à tona pelo iluminismo, na França. Em 1789, foi promulgada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que sem mencionar “deus”, “clero” e “nobreza”, tratou de igualar os homens em direitos civis.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, vai além dos direitos civis e proclama os direitos sociais. Vale lembrar que os Direitos Humanos não são uma “criação”. São explicitados em uma “declaração”, levando-se em conta que os direitos são inerentes ao ser humano, e a declaração é, portanto, um reconhecimento de sua existência e de sua garantia a todos os seres humanos (DUDH, 1948).

Desta forma, é importante observar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos influencia grandemente a observação dos direitos da mulher, ao expressar em seu artigo II o texto que se segue:

Art. II. “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

Ao explicitar que não se pode diferenciar as liberdades das pessoas baseadas em seu sexo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos subsidia vários questionamentos e protestos que as mulheres vieram a realizar. Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, outros dois tratados são de grande importância para se reafirmar a participação social e civil da mulher na nossa sociedade, a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ocorrida em 1979, afirma a preocupação a respeito de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora sendo explícita ao afirmar a não distinção dos direitos baseadas no sexo, não fosse suficiente para tornar claros e invioláveis os Direitos da Mulher.

Em 30 artigos, a Convenção discorre claramente sobre os direitos da mulher no âmbito familiar, trabalhista, social, político, econômico e cultural, de forma a assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher. Também trata sobre o tráfico de mulheres e as situações de prostituição, além de igualar o dever de criação dos filhos entre homens e mulheres.

Outros direitos são assegurados, como o direito à educação, igualdade de nacionalidade em relação aos filhos, fim da discriminação no ambiente de trabalho, direito à licença maternidade, acesso irrestrito a cuidados médicos e planejamento familiar. Por fim, pode-se afirmar que a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Eliminação de

todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é um marco para as lutas de cunho feminista.

Outro importante tratado foi escrito em 1994 a partir da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Esta convenção afirma que a erradicação da violência contra a mulher é um passo indispensável para o desenvolvimento social e individual dos seres.

Em seu artigo I, define o que é violência contra a mulher: “Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Após isso, discorre sobre as formas de violência e instrui os estados-parte a implantar formas de erradicar a violência contra a Mulher.

O artigo VIII é inteiramente dedicado às instruções de como os estados podem implantar medidas específicas para que se promova o conhecimento dos direitos da mulher e que se elimine as formas de violência contra esta. Entre estes, recomenda-se a modificação de padrões sociais e culturais (por meio da educação formal e progressiva) que contribuem para a continuação da opressão de mulheres.

Estes tratados foram de grande importância para que se pudessem garantir, de forma efetiva, os direitos das mulheres. Também somam grandemente ao movimento feminista, dado o fato de que, amparadas por tratados internacionais e universais, podem exigir que os países façam movimentos e ratifiquem leis que gradativamente tornarão a vida das mulheres mais segura e digna.

No Brasil, temos a Lei 11340 de 2006, que recebe o nome de Maria da Penha, uma mulher que sofreu severas violências domésticas, a ponto de ficar paraplégica após ser atingida por um tiro de espingarda por parte de seu companheiro. A lei Maria da Penha cobre casos de violência física e psicológica e inclui mulheres transexuais. Ela também vai além da violência conjugal, podendo ser utilizada a favor de mulheres que foram violentadas por pais, irmãos, colegas de trabalho e até homens desconhecidos (LEI MARIA DA PENHA, 2006).

A despeito dessas prerrogativas, a violência contra a mulher continua a ter números alarmantes. Entretanto, é importante reconhecer o papel das leis para o avanço das lutas feministas, da inclusão da mulher na agenda nacional e do avanço do pleno exercício da cidadania feminina.

3 SAÚDE MENTAL

O conceito de saúde mental não é único. Falar em saúde mental requer reconhecer os contextos que a influenciam, e por este motivo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) não estabelece uma definição fechada sobre o que é saúde mental. Os contextos que influenciam o entendimento sobre a saúde mental também estão relacionados a concepções abstratas e subjetivas e por isto, sujeitas a mudanças significativas para cada cultura.

Essas concepções, entretanto, se repetem em várias tentativas de definição da saúde mental, e uma palavra em especial se destaca: a resiliência. A resiliência, de acordo com Infante (2005), pode ser considerada como uma característica que permite ao ser humano se adaptar, a despeito das adversidades.

Para Yunes (2003), o conceito de resiliência é a capacidade de superação de crise, capacidade esta que está presente em pessoas, em comunidades e até mesmo em empresas. A resiliência não é sinônimo de ser invulnerável, mas sim, a capacidade de mesmo diante de uma adversidade, conseguir superá-la. Vários fatores influenciam para que o indivíduo desenvolva essa habilidade. Entre eles, estão as características familiares, os atributos individuais e as configurações dos ambientes em que os indivíduos estão inseridos.

Para a psicologia positiva, a saúde mental é parte integrante da saúde, e não pode ser dissociada da saúde física e social. A saúde mental vai além da ausência de doença mental, inclui os sintomas de bem estar e para além disso, o reconhecimento da própria capacidade de superação e readaptação (PORTAL DA SAÚDE MENTAL, 2016).

Ainda de acordo com o Portal da Saúde Mental (2016), a diferença de valores, costumes, classes, sexos e gêneros impede que haja um consenso sobre o que é saúde mental, mas em 2002 a Organização Mundial de Saúde (OMS), publicou uma definição que tenta abarcar todas essas especificidades sem interferir em suas peculiaridades.

“Um estado de bem-estar no qual o indivíduo percebe o seu próprio potencial, é capaz de lidar com o stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e de dar um contributo para a sua comunidade” (OMS, 2002). É esta a forma como a Organização Mundial de Saúde compreende a saúde mental e tem sido um norte para se entender e falar sobre esta temática.

Mesmo tendo em mente a impossibilidade de se compreender a saúde mental de um só prisma, é importante que se estude e formule teorias a respeito, a fim de proporcionar maior arsenal teórico que subsidiem a prática dos profissionais que se engajem neste nicho de pesquisa e estudo.

Em seu artigo “*O conceito de Saúde Mental*”; Almeida Filho, Coelho e Peres (1999) traçam um caminho pela construção teórico epistemológica do conceito de saúde mental. Resgatando o entendimento de Devereux, em 1971, eles entendem que a capacidade de ajustamento às transformações é essencial para o bom funcionamento da saúde mental.

Os autores também problematizam o que se entende por normalidade em uma dita sociedade, e que pode não ser considerado como aceitável em outra, o que influencia diretamente a forma de se conceituar o que é saúde e o que é doença mental. Por fim, as palavras de ordem, encontradas nas definições acima, estão diretamente relacionadas à capacidade de resiliência, enfrentamento saudável e ajustamento adequado.

Em seu relatório de 2002, a OMS discorre a sobre saúde mental no mundo até então. Na introdução, a diretora-geral, na época, a Dr^a Gro Harlem Brundtland, comenta sobre a necessidade de se desconstruírem os tabus relacionados à saúde mental. Ela pontua:

[...] não se justifica excluir das nossas comunidades as pessoas que têm doenças mentais ou perturbações cerebrais – há lugar para todos [...] existe uma nova compreensão que oferece uma esperança real aos doentes mentais: a compreensão de como factores genéticos, biológicos, sociais e ambientais se juntam para causar doenças da mente e do cérebro; a compreensão de como são realmente inseparáveis a saúde mental e a física, e de como é complexa e profunda a influência de uma sobre a outra (Organização Mundial de Saúde, 2002, p. XI)

Compreender o funcionamento da saúde mental como o resultado da interação de diversos contextos e como sendo influenciada pela saúde física e social é importante para que se possam prevenir casos de adoecimento mental. A fala da então diretora geral da OMS permite perceber que no século XXI, as formas de encarar e tratar a saúde mental devem ser pautadas no respeito e conhecimento científico, sem espaço para exclusão e práticas que vão contra a dignidade humana.

Também neste relatório, o conceito de saúde mental é visto como subjetivo e perpassado pelas diferenças culturais, mas que tem como pontos em comum as características de bem-estar individual, autonomia, competência, autorrealização, entre outros, e também o fato incontestável de que a saúde mental vai além da simples ausência de transtornos (Organização Mundial de Saúde, 2002, p. 32).

Ao falarmos sobre saúde mental, também precisamos considerar a possibilidade do adoecimento mental. Este deve ser encarado de forma complexa e dentro de contextos, afinal, o que pode ser considerado como adoecimento mental em uma sociedade, pode não ser considerado em outra.

De acordo com Almeida Filho, Coelho e Peres (1999), numa “sociedade saudável, a normalidade cultural e a normalidade mental coincidem” (p. 102), o que não implica,

necessariamente, em entender que determinado comportamento seja saudável apenas por estar ajustado ao que se considera normal naquela cultura. Pode ser, inclusive, que a sociedade toda esteja doente mentalmente, e que seja necessário rever o que se considera como normal.

As doenças em geral, e incluem-se aqui as doenças mentais, são então, na maior parte das vezes, consideradas um desvio do padrão de normalidade (este construído de forma social, cultural e subjetiva) de determinada sociedade. As consideradas doenças físicas são comparadas em relação ao equilíbrio e homeostase do sistema humano, e as doenças mentais são comparadas em relação ao padrão dito normal de comportamentos.

Outra importante influência a respeito das doenças mentais é a significação que a cultura em que o indivíduo está inserido atribui ao processo de adoecimento. Almeida Filho, Coelho e Peres (1999, p. 102), pontuam que “a categoria enfermidade [...] incorpora a experiência e a percepção individual relativa aos problemas decorrentes da patologia, bem como à reação social à enfermidade”.

Pode-se inferir que a forma como a sociedade na qual o indivíduo está inserido enxerga e entende adoecimento mental, influi diretamente na forma com que essa doença se manifesta e na forma que ela será tratada e/ou prevenida. Como a saúde social influencia também na saúde mental, forma-se um ciclo de interdependências e influências mútuas, fazendo-se necessária uma articulação entre os dois campos, que a bem da verdade, não podem ser vistos de forma dissociada.

Na nossa cultura ocidental, entende-se o transtorno mental como um conjunto de comportamentos, ou uma síndrome, que traria sofrimento e incapacitação ao indivíduo, ou mais precisamente, “uma disfunção comportamental ou biológica”, posicionamento que, de acordo com Brito, “é muito pouco palpável” (2012, p. 55).

O adoecimento mental evidencia uma perda de autonomia do indivíduo e um sofrimento subjetivo, assim como interfere diretamente na vida pessoal e social de quem passa por este processo. O adoecimento mental indica uma situação delicada, de crise, seja ela psicológica ou psiquiátrica.

Considerando o fato de que vários fatores, entre eles, o social, influenciam o surgimento de adoecimentos mentais, nos interessa saber como as relações de gênero interferem na saúde mental. Zanello, Fiuza e Costa (2015) pontuam que os estudos neste viés ainda são poucos, mas permitem perceber que as investigações a esse respeito são importantes.

Os autores acima citados perceberam que a ocorrência da “quebra psíquica” (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015, p. 239) não é aleatória, e que os discursos proferidos

por mulheres e homens em situação de adoecimento são predominantemente relacionados aos padrões de gênero da nossa sociedade. O sofrimento, para os autores, além de socialmente construído, é moldado de acordo com a estereotipia de gênero.

Existem caminhos opostos no que se diz respeito à forma como se estrutura a experiência subjetiva de ser homem e ser mulher, e essa diferença se torna evidente no adoecimento mental, a partir dos discursos recorrentes nos momentos de crise.

Zanello, Fiuza e Costa (2015) entrevistaram 15 (quinze) pessoas, sendo destas, 8 (oito) homens e 7 (sete) mulheres, que frequentam um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Nos discursos proferidos, é possível notar que o sofrimento feminino está maiormente relacionado à maternidade, casamento, impossibilidade de se encaixar em um ideal estético e questões derivadas das normativas de gênero. O sofrimento masculino, por sua vez, está diretamente relacionado à perda da virilidade e à incapacidade laborativa.

Isso, de acordo com os autores, se dá por conta do que se espera socialmente das atividades exercidas por mulheres e por homens. Das mulheres, espera-se que tenham traços de caráter relacional, beleza estética e renúncia sexual. Dos homens, exige-se comportamento “sexual ativo e capacidade laborativa” (ZANELLO, FIUZA E COSTA, 2015, p. 239).

Para além dos transtornos mentais não psicóticos, a prevalência de transtornos relacionada a questões ambientais e sociais (tais como ansiedade, dificuldades de ajustamento, insônia, estresse, transtorno de alimentação e anorexia nervosa) são maiores em mulheres do que em homens, chegando a um total de 20% nas mulheres, contra 12,5% em homens (ARAÚJO, PINHO, ALMEIDA, 2005).

Os transtornos depressivos também tem maior prevalência em mulheres que em homens, que entre os países desenvolvidos, são o terceiro maior problema de saúde entre as mulheres e nos países em desenvolvimento são o quinto maior. Ainda sobre essa questão, os sintomas de transtornos mentais comuns não psicóticos (tais como esquecimento, fadiga, irritabilidade) também apresentam maior incidência em mulheres (ARAÚJO, PINHO, ALMEIDA, 2005, p. 338).

As autoras investigam as causas para essa disparidade. Baseadas nos resultados de sua própria pesquisa a respeito da prevalência de transtornos mentais comuns, afirmam como geradores de intenso sofrimento psíquico a invisibilidade dos esforços que estas mulheres realizam nos afazeres domésticos e a entrada limitada no mercado de trabalho.

“A ausência de apoio na realização das atribuições domésticas, levando à divisão desigual do trabalho, aparece estreitamente ligada à qualidade de vida, especialmente da saúde psíquica” (ARAÚJO, PINHO, ALMEIDA, 2005, p. 345). Sabendo essa divisão

desigual do trabalho como fruto de construções sociais e culturais, compreende-se como a desigualdade de gênero influencia na saúde mental de mulheres.

Observa-se que a mulher, mesmo após sua inserção no mercado de trabalho, permanece a principal responsável por planejar e executar as atividades domésticas, sem receber ajuda substancial dos companheiros e filhos, sendo o auxílio nas tarefas, quando disponível, proveniente de uma outra mulher (ARAUJO, PINHO, ALMEIDA, 2005, p. 346)

Após estas discussões a respeito dos resultados da pesquisa, as autoras sugerem que se criem políticas públicas mais eficazes para que as mulheres consigam apoio social no que diz respeito à divisão das atividades relacionadas a trabalho doméstico, visto que isso influencia grandemente na saúde mental destas mulheres.

É evidente que as diferentes maneiras de socialização de homens e mulheres provocam um adoecimento nestas últimas. Homens, de certa forma, possuem menos probabilidade de desenvolver este tipo de adoecimento, tendo em vista os números e dados a respeito de saúde mental.

Outro fator que influencia bastante a saúde mental das mulheres é a violência a que estão submetidas, ou a ameaça constante de violência que as cerca no mundo ocidental. Ludemir (2008) afirma que as mulheres que sofrem violência tendem a apresentar um sofrimento mental duradouro, que chega a ser mais sério e doloroso do que as consequências físicas de uma violência doméstica. Essa violência também tem um efeito extremamente negativo na autoestima das mulheres.

Além das marcas na autoestima, a mulher agredida pode apresentar sofrimento psíquico por muitos anos após o acontecido. Isso se dá porque, na grande maioria das vezes, o agressor é uma pessoa íntima e conhecida. Sendo assim, o sentimento de vulnerabilidade, de traição e a grande falta de esperança, são comuns nos relatos de mulheres que sofreram com violência física e doméstica (LUDEMIR, 2008).

Rabasquinho e Pereira (2007) sugerem desafiar esse papel social, questionar a desigualdade de gênero e os desconstruir os estereótipos sociais impostos a homens e mulheres. É inadmissível que em nosso século a saúde mental da mulher seja influenciada de forma tão agressiva por padrões que deveriam estar desconstruídos, e que na verdade permanecem os mesmos, ou se apresentam como pseudo-desconstruídos.

Nesta pesquisa, considerando-se as colocações acima a respeito do que é a saúde mental e de como ela é intrinsecamente ligada à saúde física, social e espiritual, o entendimento que se terá a respeito de saúde mental baseia-se na perspectiva da subjetividade individual e cultural, mas também se questionam as relações de gênero estabelecidas.

A saúde mental entendida nesta pesquisa se baseia na definição adotada pela OMS, que considera esta dimensão tão importante da vida dos seres humanos como mais do que a ausência de doenças. Abrange também a capacidade de autocrítica, as saúdes física e emocional, e a capacidade de resiliência, de reconstrução de si sempre que necessário.

4 GÊNERO

A discussão sobre o que é gênero tem dimensões grandiosas e distintas atualmente. Inclusive, o conceito de gênero provoca tensões e embates, visto que possui um cunho moral embutido, devido às extensas correlações com pontos de vistas religiosos e/ou espirituais. As teorias que mais se destacam em relação ao conceito de gênero são as que têm cunho humanista e social.

A primeira teoria a discutir o que se entende por gênero foi, sem muita surpresa, a teoria biológica. Esta é, de acordo com Tilio (2014), também recheada de proposições filosóficas e religiosas, mas fortemente arraigada no conceito científico do que se entende por gênero.

Em suma, esta teoria responsabiliza as diferenças biológicas pela diferenciação das características psicológicas e subjetivas das pessoas. Como o corpo de homens e mulheres é anatomicamente diferente, resultado do aprimoramento natural e biológico, isso determina os papéis que estes indivíduos desempenham na nossa sociedade (TILIO, 2014).

Batinder (1993) explica que por causa das características físicas e corporais, as pessoas seriam de certa forma, direcionadas a papéis distintos na sociedade. Os homens, por terem mais massa muscular e maior força física, estariam predestinados a prover a alimentação e liderar o grupo. As mulheres, com menos massa e menor força, mas com a capacidade de gestação, teriam maior predisposição para as tarefas que exigiam acolhida e cuidados.

Ainda hoje se veem resquícios desse pensamento de forma muito clara na nossa sociedade. Tilio (2014) pontua as diferenças na área da educação e saúde, que tem como maiores profissionais as mulheres. Também nestas áreas, os homens tem menos engajamento, sendo possível observar uma menor procura de homens por estes serviços. Ocorre o fenômeno inverso nas áreas dominadas por homens, como construção civil e segurança pública.

A necessidade de se perpetuar a raça humana explica como os sexos (macho/fêmea) influenciam os gêneros (masculino/feminino), criando uma relação de complementaridade. Corbin (1987) expôs o papel da igreja na divulgação deste conceito de gênero, com um discurso moral.

Outros apoiadores dessa teoria são os darwinistas (a evolução biológica e social) e o modelo médico, que se apropriou desta discussão para reafirmar o conceito de gênero como definido pela diferença biológica. Neste modelo, entende-se o gênero como binário (masculino/feminino) e tudo que escapa a esta lógica é considerado anormal, amoral ou doente.

A antropologia estrutural, por sua vez, concorda com as diferenças anatômicas entre homens e mulheres, e com a sua grande influência nos papéis que estes exercem, mas defende a necessidade de se verificar o fato de que as mulheres em diversas culturas foram e são oprimidas por homens, mas em algumas com mais e em outras com menos intensidade (TILIO, 2014).

Os motivos desta opressão não são, portanto, apenas as diferenças biológicas e anatômicas. Existem motivações construídas de forma cultural e histórica. As representações dos corpos de homens e mulheres mudam conforme a sociedade em que estão inseridas e dessa forma, Bourdieu (2007) pontua que a dominação de homens sobre mulheres decorre de uma estruturação simbólica (derivada da diferença sexual, mas elaborada de forma cultural).

Bourdieu defende que homens também sofrem com essa representação e estruturação simbólica do que é gênero e os papéis que lhe são impostos na nossa sociedade. Por outro lado, Sorj (1992), corrobora que sim, a opressão é derivada dessas estruturações simbólicas, mas que as mulheres têm sofrido mais com o peso dela do que os homens.

Uma importante teórica a respeito de gênero é a historiadora e feminista Joan Scott. Para ela, a diferença de gênero não se dá através da diferença sexual (que ela não nega). Gênero são as relações de poder, construídas social e culturalmente, a partir da constatação da diferença anatômica (SCOTT, 1998).

Ela defende que não é apenas a diferença sexual que define e organiza a forma como homens e mulheres se relacionam, mas sim as relações de subordinação e poder que determinam a forma como os sexos devem se relacionar. Apesar de continuar a pensar em sexo (biológico) de forma binária (macho/fêmea), a teórica balança os padrões binários de atuação de gênero (masculino/feminino) ao afirmar que como “construídos” podem ser questionados e desconstruídos.

Outra importante contribuição de Scott se dá pela afirmativa de que o conhecimento histórico é importante para que se entenda como se estabeleceram as relações de poder entre os gêneros (SCOTT, 1998). Como boa historiadora, Joan Scott sugere estudar o processo de construção das relações de poder baseadas no gênero, para que se possa compreender as distintas formas de compreender gênero e sexo nas diferentes sociedades que vieram antes de nós.

De acordo com Tilio (2014), essa historiadora foi uma das primeiras a se dispor a organizar as principais teorias a respeito dos estudos de gênero, para que se pudessem diferenciá-los. Scott (1998) propõe que se entenda o gênero de uma perspectiva de construção social e não apenas biológica. Sua teoria ainda se enquadra no modelo binário, mas representa

um questionamento importante, ao pontuar de forma incisiva as influências culturais e sociais que recaem sobre as perspectivas de gênero.

Outro ponto importante destacado por Scott (1998) é que o gênero na verdade, também serviria como uma espécie de análise histórica, pela qual se analisaria a história a partir da perspectiva de gênero. Scott também pontua como fator mais preponderante na análise das relações de poder a construção de gênero.

Por este motivo e por continuar se movimentando dentro das visões binárias a respeito de sexo e gênero, a historiadora foi bastante questionada e criticada por todas as pessoas que não se enquadravam dentro do binarismo. Além de quem não se enquadrava dentro da suposta complementaridade entre sexo e orientação sexual (lésbicas, gays, entre outros), as pessoas que romperam totalmente com a ideia de uma diferença sexual (transgêneros e transexuais) também passaram a criticar a teoria de Joan Scott a respeito de gênero (TILIO, 2014).

Uma das maiores críticas da teoria de Joan Scott tem sido a teórica Judith Butler. Contrariando as teorias anteriores, Butler define o gênero como performance. Subverte o até então estabelecido ao afirmar que não é o sexo que define o gênero, mas sim que o sexo, e a ideia de diferença sexual, são paulatinamente construídos através dos discursos vigentes na nossa sociedade (BUTLER, 2003).

Por performance, entendem-se ações de nomeações (quando a pessoa se nomeia “homem” ou “mulher”), e a partir dessa nomeação, ações de acordo com o que se espera de um homem ou uma mulher. Ou seja, performance de um comportamento esperado para o seu “gênero”. Desta forma, o gênero é resultado de uma série de repetições, e não de uma diferença sexual.

Desta forma, afirma, portanto, que considerando o gênero como construção e performatividade, “é possível renomear o(s) sexo(s) para redistribuir os discursos e práticas sobre a sexualidade, alterando discursos e práticas vigentes que sustentam exclusões” (TILIO, 2014, p. 139). Ao contrário de Scott, Butler não apenas questiona como pretende romper com o binarismo.

A teoria de Butler acerca do conceito de gênero é fortemente influenciada pela concepção de Foucault a respeito da construção da sexualidade. Para este autor, a sexualidade também foi construída socialmente, com o apoio da moral exercida pela igreja, e mais tarde, corroborada pelo discurso médico. A sexualidade está para além das extensas possibilidades de realizar o ato sexual, e também não se limita as diferenças sexuais, sendo um dispositivo de controle (TILIO, 2014).

Embora essas concepções não tenham sido descobertas ou formuladas neste modelo linear aqui apresentado, há certa sequenciação nos pensamentos que foram apresentados. Os questionamentos a respeito das teorias formuladas anteriormente são motivações para que se percebam novas formas de encarar esta temática.

Isto não implica, claro, no desaparecimento das teorias anteriores. Na nossa cultura é possível, a cada instante, confirmar as diferenças conceituais e práticas com as quais se entende o gênero. A mais constante é a correlação entre a diferença sexual anatômica e os papéis de gênero.

Embora o discurso acadêmico há muito tempo já incorpore as concepções de gênero para além das motivações biológicas, esta forma de entendimento ainda não tem alcançado as grandes massas, gerando inclusive manifestações de repulsa e recusa. No ano de 2017, a pesquisadora Judith Butler foi grandemente hostilizada no Brasil, quando veio realizar uma palestra. Entre os manifestantes que bradavam contra a sua vinda, estavam extremistas de direita, incluindo grupos neonazistas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2017).

Desta maneira, entende-se que as questões relacionadas ao estudo de gênero devem ser destrinchadas não apenas sobre a ótica do biológico, mas também do social, do moral, religioso, cultural e afins. Não pode ser vista como separada, nem ser entendida de forma dicotômica.

Entender e discutir gênero dentro do feminismo é um ponto essencial, tendo em vista o entendimento de que a opressão machista se baseia e se materializa através das ditas ações de gênero. Ao delegar às mulheres um papel exclusivo por seu suposto gênero feminino (e todas as implicações que esta nomeação traz), o viriarcado consegue exercer controle a respeito dos corpos das mulheres. Problematizar os papéis de gênero é importante para que possa compreender e desconstruir as narrativas que normatizam a violência em torno das vivências de homens e mulheres.

5 MILITÂNCIA E ATIVISMO

Sawicki e Simeanti (2011, p. 201) conceituam a militância como “toda forma de participação coletiva que vise à defesa ou a promoção de uma causa”. Valverde (1986), por sua vez, traz uma definição um pouco mais aprofundada a respeito de militância, resgatando o aspecto combativo da palavra. Para ele, a militância é política e se manifesta:

“(...) desdobrando o tempo cronológico em história e o espaço físico em “corpo político” de uma sociedade; fazendo do movimento uma *prática* – a ação política organizada. Assim como a definição das ações de guerra passa pelos movimentos da própria guerra e por confronto entre formas de ação bélica, a configuração da “ação política organizada” passa pelo movimento efetivo desta prática e implica a economia pela qual a militância constitui a ação e estabelece o registro do que seria propriamente “político”. (VALVERDE, 1986, p. 165)

Desta forma, é possível compreender que a militância se configura como uma ação política coletiva e organizada em prol de alguma causa ou ideologia. Valverde (1986) é categórico ao associar a ação política organizada a uma ação belicista, combatente, onde grupos se uniriam estrategicamente para alcançar determinados objetivos.

Ainda para Valverde (1986), a militância se estabelece a partir de uma reatividade. Quer estabelecer uma nova ordem negando e destruindo a ordem estabelecida. Nega os princípios dominantes e se coloca como um “meio de transmutação de determinados valores” (p. 62).

Em sua pesquisa, Sawicki e Simeanti (2011) pontuam que as militâncias têm crescido, e mais precisamente as que possuem um cunho “moral” ou “altruísta” em defesa dos direitos e das atuações humanitárias. Também de acordo com eles, tem aumentado as atuações das militâncias ditas de “esquerda” em detrimento das militâncias de direita ou apolíticas.

Correa (2004), explica que a militância exige certo grau de entrega, seriedade e compromisso, bem como de um trabalho de longo prazo, onde o militante se vê impelido a reorganizar sua própria vida, chegando a abrir mão de algumas coisas pela causa que defende.

Pela definição política e organizada, o termo militância tem sido correlacionado com movimento políticos partidários e sindicais. Isso, pelo fato de que na militância, ocorre de as decisões serem verticais, obedecendo ao modelo mais combativo comumente associado ao termo “militar”, e, resgatando o significado de Valverde (1986), bélico. (SALES, FONTES, YASUI, 2018).

Os autores Sales, Fontes e Yasui (2018) pontuam que no Brasil, o termo militância tem sido muitas vezes usado como sinônimo de ativismo. Entretanto, há diferença entre os dois, e é preciso fazer a distinção para que se caracterizem os movimentos que vem surgindo na nossa sociedade.

Para Veiga-Neto (2012), a diferença entre militância e ativismo pode ser explicada da seguinte forma:

“a militância – como uma *actio militaris* – e o ativismo são, ambos, da ordem do agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem. Mas enquanto aquela se rege pela lógica da obediência hierárquica, este se funda na maior liberdade possível e permitida pela combinação entre a *díade pensável-dizível* e o visível” (VEIGA-NETO, 2012, p. 273)

Ou seja, o autor classifica a militância como um movimento onde existe uma centralização das informações e das tomadas de decisões, enquanto que no ativismo considera-se como mais importante a autonomia da descentralização das decisões, e da não necessidade de uma gestão majoritariamente institucional.

As diferenças entre ativismo e militância serão construídas a partir das vivências do pesquisador que escreve. Alguns conceituam a militância como de maior efetividade para a transformação social (VALVERDE, 1986), outros denunciam a militância como mais um espaço onde há assimetria de poder e pouca participação efetiva dos membros na luta a ser construída (SALES, FONTES, YASUI, 2018).

O ponto de convergência entre ambos os lados é o fato de que a militância é construída pelo coletivo, enquanto que o ativismo pode ser realizado com maior autonomia individual do sujeito. Saraiva (2014, p. 43) manifesta o desejo que o ativismo tem de se afastar da conotação de “esquerda institucionalizada” que o termo “militância” traz.

Entretanto, a literatura nacional não aborda as diferenças entre militância e ativismo. É essa a conclusão a que chegam Sales, Fontes e Yasui (2018). Os autores pontuam que é necessário fazer essa distinção, porém, há um “silêncio” sobre essas diferenças que acabam por não atender a necessidade crescente da desnaturalização de termos usuais no debate sobre ação coletiva (p. 575). O fato é que o ativismo, por possuir uma ação mais descentralizada, tem permitido:

“articulação em rede com vários outros movimentos; ocupação dos espaços urbanos como forma de dar visibilidade à causa em debate; preservação da autonomia dos participantes; uso estratégico das novas tecnologias de informação e comunicação; preferência por metodologias participativas diretas para tomada de decisão de forma coletiva; construção de consensos progressivos e ausência de lideranças formais” (CASTELLS, 2013, p. 172)

Esses movimentos, por procurarem dialogar horizontalmente, tem proporcionado o surgimento de diversas formas de manifestação de seus interesses, entre eles, o uso das redes sociais como impulsionadora da luta e forma de atrair mais pessoas aos protestos. É neste contexto que surge o ciberativismo.

5.1 Ciberativismo

Castells (2003, p.7) pontua que a “internet é o tecido das nossas vidas”, tendo em vista que ela é, atualmente, o maior meio de informação e comunicação da nossa sociedade (RIZOTTO, MEYER e SOUZA, 2017). Dessa forma, é compreensível que os ativismos também se deem nesses espaços.

Coelho e Costa (2013) pontuam que o ativismo digital é um fenômeno que surgiu a partir das transformações tecnológicas e permitem aos indivíduos um amplo diálogo e auxiliam na organização de eventos em prol de determinadas causas. Já Machado (2007) argumenta que as redes sociais não são apenas dispositivos para organização dos coletivos sociais, mas que são, por si só, novas configurações de ativismo.

Alcântara (2015) pontua que são diversos os nomes que se dão a esses movimentos, dentre eles: ciberativismo, ativismo digital, clickativismo ou desobediência civil eletrônica. Esses conceitos, tecnicamente, teriam significados distintos, mas vem sendo usados como sinônimos, tendo em vista que a construção sobre esses termos, até o momento, é, majoritariamente empírica.

O fato é que o ciberativismo é uma realidade, e de acordo com Araújo et. al., (2012), é intrínseco ao próprio desenvolvimento da internet. Ativistas perceberam na expansão do uso da internet, uma possibilidade de aumentar a propagação de notícias e o alcance de suas atividades, e investiram nessa área. As vantagens são muitas.

Segundo Santaella (2010), o fato de que os indivíduos podem se comunicar enquanto se deslocam, ampliam exponencialmente a interação entre as pessoas. Outro grande diferencial, de acordo com Sebastião (2012), é a grande possibilidade de acolhimento de diversas vozes, com diferentes demandas, fato que evidencia a manifestação democrática, e segundo Fiorin (2004), isso mantém distante um discurso autoritarista.

Coelho e Costa (2013) apontam que o ciberativismo tem como ponto importante a “informação”, que é crucial para ampliar a percepção dos interlocutores e quando isso ocorre dentro de um meio digital, torna-se uma “estrutura orgânica e integrativa” (p.13). Assim, o ciberativismo serve a todos os movimentos sociais, e por tabela, ao feminismo.

Souza (2017), afirma que a internet, em especial as redes sociais, tem amplificado o alcance das vozes que permeiam o feminismo, tornando conhecidas as principais teóricas, teorias e vertentes do movimento. A autora também aponta o fato de que a internet tem sido essencial para contrabalancear a representação que as mulheres têm na mídia hegemônica.

O ciberfeminismo é um movimento plural, e não possui uma definição rigorosa. Entretanto, baseia-se na ideia de que “em conjunto com a tecnologia, é possível construir

nossas identidades, nossa sexualidade, até mesmo nosso gênero, exatamente da forma que quisermos” (HARAWAY e KUNZRU, 2009, p. 27). A crença de que é possível preencher espaços, direcionar lutas, se fazer ser ouvida pelas redes, é, em parte, o que move o ciberfeminismo.

Para Souza (2017), esse feito é possível por causa da heterogeneidade das redes e da utilização da internet como ferramenta política. Dessa forma, a autora denomina o ciberfeminismo como o fenômeno do engajamento feminista na internet. Algumas das formas pelas quais as mulheres se posicionam nas redes sociais são as seguintes:

“denúncias e posicionamentos através de anedotas de acontecimentos cotidianos, textos e vídeos curtos e sem delongas, protestos via hashtags, debates intensos, embora efêmeros, sobre casos de violência ou abusos sofridos por mulheres, transexuais ou travestis (...) é muito comum mulheres denunciarem o desdém e os preconceitos sofridos nas delegacias de mulheres ou o julgamento moral de juízes e outras autoridades responsáveis por resolver casos de assédio moral, sexual ou abusos, culpabilizando direta ou indiretamente a mulher. Denúncias de maus tratos contra travestis e transexuais em hospitais, delegacias, nas ruas etc., também são muito comuns” (SOUZA, 2017, p. 154-155)

Essas denúncias costumam circular com grande rapidez e ganhar muita visibilidade. Isso possibilita que várias outras pessoas tenham acesso a esses conteúdos, fazendo com que o movimento também ganhe maior adesão. O poder de denúncia das redes sociais é grande, e, com frequência, utilizado como alternativa contra a mídia hegemônica que domina os meios de comunicação e tradicionalmente tende a ser utilizada em benefício da elite.

O uso da internet, entretanto, se comparado ao movimento feminista militante tradicional, é considerado “frouxo” e de difícil definição. Normalmente, os meios cibernéticos são utilizados por mulheres que não fazem parte de nenhum grupo feminista organizado, mas que a utilizam para expressar sua indignação pessoal (SOUZA, 2017).

Isto não significa que grupos organizados não façam uso da rede. Mas é um indicativo de que a forma de manifestação tradicional perde espaço. Por esse motivo, Souza questiona até que ponto o ciberfeminismo é realmente efetivo, ou se apenas reforça o “individualismo, o debate acusatório, o patrulhamento (cultura da vigilância), ao invés do diálogo e de práticas políticas organizativas” (2017, p. 157).

Portanto, o ciberfeminismo divide opiniões. Em tempos de acesso a rede, em que (quase) tudo pode ser resolvido com um clique, como não se apropriar desse espaço para amplificar a revolução? Por outro lado, como utilizar a rede para promover a coletividade, e não a maior individualização do movimento?

6 METODOLOGIA

6.1 DESENHO DO ESTUDO

Neste trabalho, propôs-se uma metodologia de abordagem qualitativa e natureza aplicada. O estudo foi realizado de forma exploratória, por meio de pesquisa de campo com a técnica de entrevista semiestruturada.

6.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na sala 241 do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP), no segundo semestre de 2018. As datas e horários foram definidas de acordo com a disponibilidade das mulheres que se propuseram a participar da entrevista, entre as datas de 22 (vinte e dois) de Agosto a 26 de setembro. A escolha do local se deu baseada nas características da sala, que além de permitir que a entrevista fosse realizada de forma privativa, sem interferências de terceiros, também permitiu um maior conforto das mulheres entrevistadas e se configurou como um espaço acolhedor.

6.3 OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO E AMOSTRA

O universo desta pesquisa foram jovens mulheres militantes, ou seja, que se engajam e defendem ativamente o movimento feminista na cidade de Palmas - TO. A amostra abarcou mulheres maiores de 18 anos, militantes feministas, que aceitaram participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A limitação da idade se baseou no conceito de maioridade civil (no qual a pessoa é habilitada para dispor de todos os atos da vida cidadã, usufruindo dos direitos e sendo também responsável pelos deveres a serem cumpridos) de acordo com o 5º artigo do Código Civil Brasileiro de 2002.

A forma de contato com a amostra deu-se de forma escrita por meio de convites realizados nas redes sociais Facebook, Instagram e por contato pessoal e verbal efetuado pelas pesquisadoras responsáveis pela pesquisa. No Facebook, foi *postado* um convite no grupo “Indique uma mana- No Tocantins”, que foi desenvolvido e é gerenciado pelas mulheres do “Outras- Observatório Feminista” e do “Coletivo Feminista Kely Moreira”. O convite foi postado no dia 04 de Agosto de 2018 e contou com 36 curtidas .

O grupo é secreto, o que significa que não pode ser encontrado em pesquisa de busca por qualquer pessoa. Para entrar no grupo, e ter acesso as suas postagens, deve ser adicionado por um membro. O objetivo do grupo é de que mulheres possam indicar o

serviço/trabalho/arte de outras mulheres, bem como pedir indicação de mulheres que realizem determinado serviço. Atualmente o grupo conta com 4.934 membras. Isto porque de acordo com as normas do grupo, não é permitido adicionar ou indicar homens, apenas mulheres cisgênero e transgênero.

O convite também foi *postado* no perfil pessoal da pesquisadora, no dia 4 de agosto, com total de 38 curtidas. Além disso, foram enviados convites nos grupos de whatsapp dos quais a pesquisadora participa, com o pedido para que os participantes continuassem a divulgação.

A amostra foi aleatória, não vinculada à nenhuma instituição.

6.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critérios de inclusão foram observadas as seguintes características: mulheres cisgênero, que se autodenominam militantes feministas, maiores de 18 (dezoito) anos, que apresentaram interesse em participar da pesquisa e residam na cidade de Palmas – TO. Como critério de exclusão foi observada a não disponibilidade para se locomover até o CEULP nos dias e horários estipulados para a aplicação da entrevista semiestruturada. Os gastos dispendidos com o deslocamento das participantes até a instituição foram ressarcidos pela pesquisadora-responsável pela pesquisa.

6.5 VARIÁVEIS

Os fatores que podem influenciar na coleta de dados realizada durante as entrevistas são: o entendimento das entrevistadas a respeito do que é ser militante, o tempo em que se engajam na militância, a idade dessas mulheres, como também o nível de engajamento nas atividades feministas, grau de sofrimento (se houver) em relação a esse engajamento.

6.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada. Essa forma de entrevista permite que as informações possam emergir de uma forma mais livre. Foi elaborado um roteiro com as perguntas principais, mas que permitiram às entrevistadas ter maior liberdade para responder, sem se prender exclusivamente a perguntas fechadas (MANZINI, 1991). Foi utilizada uma prancheta com folhas para anotações e um gravador

para melhor manejo da entrevista e para que as informações coletadas fossem registradas com o máximo de fidelidade.

O instrumento de dados (entrevista semiestruturada) foi construído pela pesquisadora, e se encontra disponível para consulta no Apêndice A. Foi construída de forma livre, baseando-se nas informações requeridas na hipótese do trabalho. As perguntas serão consultadas para conduzir o conteúdo das informações e impedir divagações, mas não serão lidas, para manter uma estrutura mais flexível do andamento da entrevista.

As entrevistas duraram entre 30 (trinta) minutos a 1 (uma) hora a depender do volume de informações e considerando o caráter semiestruturado do instrumento, que permitiu maior flexibilidade quanto a tempo e informações concedidas. Portanto, este prazo variou para mais ou para menos tempo.

Posteriormente, os dados foram submetidos a uma análise de discurso, que de acordo com Caregnato e Mutti (2006), é uma análise apenas qualitativa, que tem por objeto analisar o sentido da fala. Como a análise do discurso se desdobra em várias teorias e metodologias (IÑIGUEZ, 2004), para este trabalho decidiu-se por utilizar, como metodologia de análise, a psicologia discursiva.

A psicologia discursiva de acordo com Rasera (2013, p. 817) “busca compreender como o discurso realiza práticas sociais, sem se restringir à estrutura linguística ou às cognições subjacentes à conversa. Nesse sentido, as conversas e os textos são entendidos como partes de práticas sociais”.

A psicologia discursiva compreende dez etapas, citadas por Potter e Wetherell (1987) que não são necessariamente sequenciais, e estão descritas a seguir:

- 1) Construção das questões da pesquisa, baseando-se no que se queria explorar
- 2) Seleção do material a ser analisado, no caso desta pesquisa, a construção da entrevista, tendo em vista que foi um material construído pela própria pesquisadora e a seleção das pessoas que participaram da pesquisa;
- 3) Seleção e coleta dos materiais utilizados para a construção do referencial teórico da pesquisa;
- 4) Realização da entrevista, que de acordo com Rasera (2013) deve ser realizadas por meio de trocas conversacionais que sejam mais informais, permitindo a diversidade de práticas discursivas;
- 5) Transcrição da entrevista;
- 6) Codificação da entrevista para facilitar a análise. A codificação consiste na categorização dos temas em comum que apareceram nas pesquisas, que aqui se deu de forma direta, tendo em vista que as categorias já se encontravam dispostas nos objetivos do trabalho;
- 7) Realização da análise através de uma leitura cuidadosa, considerando as nuances e os detalhes dos discursos e a correlação com o referencial teórico previamente apresentado;
- 8) Validação da pesquisa ao se

correlacionar as interpretações das entrevistas com as realidades apresentadas pelas participantes; 9) Relato da pesquisa, apresentado no decorrer de todo esse trabalho; 10) Aplicação da pesquisa, que se deu através dos resultados obtidos, que permitiram maior conhecimento da realidade de mulheres que se engajam no movimento e vislumbres de futuras pesquisas sobre o tema.

6.7 ASPECTOS ÉTICOS

Em observância aos princípios éticos científicos e de acordo com o Código de Ética do Psicólogo, assim como em atendimento à resolução 466/2012, que regula as pesquisas realizadas com seres humanos, este trabalho será cadastrado na Plataforma Brasil e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP). Após a deliberação do CEP, o projeto foi avaliado como devidamente enquadrado nas normas vigentes, e a pesquisa se deu início.

A presente pesquisa buscou respeitar as especificidades de cada participante em todas as suas dimensões, sejam elas biológicas, sociais, psicológicas, espirituais, religiosas, financeiras, sexuais e econômicas, de forma a preservar e resguardar a subjetividade de cada uma. O sigilo acerca de informações e dados pessoais expostos no momento da entrevista foi devidamente observado, para se evitar danos às participantes, garantindo o anonimato e a preservação da integridade moral das pessoas entrevistadas. Os áudios coletados durante a entrevista foram convertidos em áudio MP3, transcritos para CDs e estão guardados na coordenação do curso de Psicologia por um período de 5 (cinco) anos.

Por englobar conteúdos relativos à vida pessoal e emocional, disponibilizou-se o Serviço de Psicologia para atendimentos, assim como encaminhamentos para os serviços da rede de saúde e atenção psicossocial, caso as participantes percebam a necessidade de apoio psicológico para inquietações e/ou perturbações despertadas pela discussão das temáticas da pesquisa.

A pesquisadora também se comprometeu a acompanhar a entrevistada até que ela fosse devidamente atendida no Serviço para o qual for encaminhada, da forma mais adequada possível ao atendimento de sua demanda. Destaca-se a participação na pesquisa exclusivamente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o caráter não financeiro da pesquisa.

As pesquisadoras também se comprometem a dar cobertura material para reparação de quaisquer danos causados às participantes da pesquisa. Em caso de algum desses aspectos

serem infringidos, a pesquisadora se compromete a responder legal e juridicamente de acordo com as leis municipais, estaduais e federais vigentes.

6.7.1 Riscos

Os possíveis riscos derivados da discussão na entrevista foram: sofrimento psicológico e/ou psíquico, a possibilidade de exposição de alguns dados e uma possível quebra de sigilo. A fim de minimizar e prevenir estes riscos, são garantidos assistência psicológica, e acompanhamento da rede de atenção psicossocial do município, assim como do SEPSI (Serviço de Psicologia). A pesquisadora se compromete a acompanhar o encaminhamento pela rede até que o atendimento seja efetivado e se compromete com uma postura ética a respeito dos dados colhidos.

As entrevistadas também foram orientadas para o caso de se sentirem desconfortáveis, terem a plena liberdade de interromper a entrevista e se retirar do ambiente a qualquer momento.

6.7.2 Benefícios

Em curto prazo, os benefícios da pesquisa são: a oportunidade de propor uma construção reflexiva acerca das temáticas discutidas em entrevista. Em médio prazo, as entrevistadas poderão ser beneficiadas de forma indireta com o resultado da pesquisa, na medida em que este agregará conhecimento e somar construto teórico para a produção acadêmica relacionada à prática militante feminista.

6.7.3 Desfechos

6.7.3.1 Desfecho primário

Como desfecho primário, considera-se a possível correlação entre os aspectos teóricos e os dados colhidos na entrevista, e sua subsequente discussão acerca da saúde mental de militantes feministas.

6.7.3.2 Desfecho secundário

Considera-se a possibilidade de contribuir com a produção do conhecimento teórico e empírico já existente a respeito da saúde mental de mulheres, e mais precisamente, feministas militantes.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho teve por objetivo descrever os possíveis impactos que o discurso de igualdade de gênero tem na saúde mental de mulheres que participam de militância feminista em Palmas-TO, através de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas tiveram duração média de 40 (quarenta) minutos, e as entrevistadas demonstraram estar à vontade para compartilhar suas experiências a respeito da militância e da sua saúde mental.

Para melhor organizar este trabalho e também preservar a identidade das participantes, elas serão aqui descritas por códigos, a saber, M1, M2, M3 e M4. A seguir, estão dispostos os dados das participantes. Todas são mulheres cisgênero, obedecendo ao critério de inclusão da pesquisa.

Dados das participantes da pesquisa		
Participantes	Idade	Escolaridade
M1	22	Ensino Superior Incompleto
M2	22	Ensino Superior Incompleto
M3	28	Ensino Superior Incompleto
M4	24	Ensino Superior Incompleto

Tabela 1: Dados pessoais das participantes da pesquisa

A escolha dessa pesquisa por entrevistar mulheres cisgênero deu-se pelo fato de que estas e as mulheres transgêneros possuem entre si grandes diferenças sociais que não conseguiriam ser abarcadas nesse trabalho. Entretanto, ressalta-se a necessidade de serem realizadas pesquisas acerca da saúde mental de mulheres transgêneros, tendo em vista a complexidade dos fatores que circunscrevem suas vidas (DIEGUEZ, 2016).

As respostas às perguntas realizadas na entrevista semiestruturada foram agrupadas a seguir²:

1. Como se deu o seu primeiro contato com o discurso feminista?

M1 – “Como ele (pai) sempre fez isso, eu sempre fui muito desenrolada com as coisas, sempre fiz tudo, nunca esperei nada de ninguém e de namorado também nunca esperei namorado fazer nada, e nunca pensei em depender de um marido (...) e como esse movimento de certa forma, deu uma acentuada (sic) nesses últimos anos, né? Então eu comecei a entrar em contato com pessoas e eu percebi que eu sou um pouco assim, porque meu pai me fez um pouco assim (...) eu era meio que feminista e não sabia, já estava na minha história e depois eu descobri”.

² As respostas não estão transcritas na íntegra nesse trabalho, pois por se tratar de uma entrevista semiestruturada, há, frequentemente, comentários que não tem relação direta com a pergunta, bem como particularidades que poderiam expor a identidade dessas mulheres. Por esse motivo, houve a supressão de algumas frases, indicada por um parêntese com reticências (...). A supressão desses comentários não afeta o sentido da resposta.

M2 – “Meu primeiro contato com o feminismo aconteceu no curso de Psicologia através de uma roda de conversa que eu tive em torno do meu segundo período, onde foi citada a Simone de Beauvoir, brevemente, e eu por interesse próprio, corri atrás na internet acerca de quem que era, e lá, vi as influências dela nos dias atuais (...) não fiquei somente nela, fui para outros autores também (...) e ouvi falar de uma forma positiva, através de uma feminista mesmo, não foi de forma negativa não.”

M3 - “Mais pela internet mesmo que eu comecei. Acho que foi o boom da internet, que a gente começou a conhecer mais sobre o movimento, através de páginas feministas, e quando teve esse boom (...) eu comecei, por curiosidade, a ler nas páginas, a seguir as páginas também (...) e aí com isso eu comecei a pesquisar sem ser nas páginas, mas em matérias, textos, na internet mesmo, só depois que eu fui me aprofundar com livros”.

M4 – “Meu primeiro contato com o discurso feminista, de fato, foi na faculdade, até então eu tinha uma visão deturpada do movimento, uma visão de que era algo muito ruim, devido à minha base religiosa, minha construção protestante (...) o que eu aprendi naquele contexto era de que era algo muito promíscuo e sujo, e do qual eu não deveria me envolver, porque ia contra os princípios do que eu deveria acreditar e do que deveria ser certo”

2. O que é militância para você?

M1- “Tem aquela coisa que vem a primeira coisa na cabeça ‘militar, tem que ser sempre de um jeito, como se fosse uma regra’ eu ainda não tenho uma ideia concreta desse termo (...) hoje eu vejo militante como alguém que leva isso para outras pessoas”.

M2 – “Eu costumo falar até no plural: militâncias, porque cada um compreende de uma forma. (...) Mas falando por mim, eu sou aquela que ouço uma piada machista, e eu intervenho, questiono, e isso para mim é militância, é não me fazer calar (...) e militância no sentido de: vai ter uma marcha? então eu divulgo, sou participante, sou atuante. Vai ter uma pesquisa? Eu tenho total interesse em participar dessa pesquisa. Militar em prol desse movimento, para que ele se perpetue, que não seja mal compreendido, de desconstruir preconceitos.”

M3 – “No começo, para mim, militar era passar informações, participar de reivindicações, passar informações tanto pela internet, para chegar a um número de pessoas, se juntar, ir a passeatas, essas coisas... Depois eu percebi que a militância vai além disso e chega assim também a você passar informações para pessoas que estão perto de você (...) Militância para mim, é um misto dessas coisas.”

M4- “Militância para mim, é me sentir viva, porque é existir! É lutar pela existência, seja a minha, ou seja de outras pessoas, isso de modo geral, tanto militar dentro do feminismo, militar dentro do movimento LGBT... É defender o direito de existir sem que aquilo seja questionado, nossa, militar é vida.”

3. Quantas horas por semana você dedica à militância?

M1- “São coisas que eu vou levando no dia a dia. Não sou do tipo que fica expondo o tempo todo, mas se a pessoa chega para conversar comigo, eu tenho essa opinião diferente e falo”

M2 – “Eu diria para você que eu sou bem atuante, talvez tanto quanto eu gostaria (...) mas eu estou presente todas as semanas no Grupo de Estudos Feministas, participo dessas rodas de conversa e ajudo da melhor forma possível. (...) Eu diria que todos os dias, principalmente nas redes sociais”

M3 – “Não saberia quantificar, porque é o tempo inteiro, dependendo da demanda. E eu entendo como militância não só ir lá e ir em passeata, mas eu entendo como ajuda. Você puder ajudar alguém precisa, trazer o feminismo para a prática (...) Eu dou a minha casa para quem precisa, para amigas que precisam, se a pessoa precisa de ajuda financeira, eu dou um jeito, eu sempre estou disponível.”

M4 - “Hoje eu acredito que dentro do feminismo eu dedico uns... 70% do meu tempo, porque a minha militância é silenciosa, eu não estou o tempo todo por aí segurando cartazes e levantando bandeiras, mas estou parando para ouvir mulheres e falando com mulheres e acessando mulheres”

4. Para você, o que significa saúde mental?

M1- “Eu, como pessoa, acho que para mim, saúde mental seria você conseguir discernir bem as coisas e saber quem você é no meio de todos os problemas (...) Saber: esta sou eu e nada do que os outros falam assim, vai te abalar. A saúde mental é você estar bem com você (...), uma não-saúde mental é você aceitar demais o que os outros falam, é você ficar aceitando tudo, aceita, aceita, aceita... A partir do momento em que me vi com uma saúde mental melhor, boa, digamos, na verdade com uma ‘saúde’ porque antes não tinha nem saúde. Mas foi a hora que eu comecei a fazer a terapia e comecei a me ver (...) É você conseguir discernir o que é bom e o que não é bom para você, e o que você aceita ou não aceita na atitude do próximo”

M2- “Saúde mental seria a cognição emocional da pessoa, do sujeito. O bem estar da pessoa. Não avaliando apenas de uma forma positiva, mas também negativa. Tipo, eu costumo dizer que tem esse tripé: cognição, emocional e o meio social que influencia na saúde mental do sujeito. *Neste ponto, a entrevistadora pergunta o que é para ela, saúde mental, especificamente.* Para mim, saúde mental é ficar próxima de pessoas que me trazem boas energias e que me respeitem. Estar perto de pessoas que respeitem meu posicionamento faz com que eu me sinta bem. Estudos influenciam muito, leitura também, é algo que eu gosto bastante de fazer. (...) eu diria que a proximidade de pessoas boas, pessoas boas, educadas e respeitadas, com bom senso, tem uma grande influencia na minha vida e na minha saúde mental.”

M3 – “Saúde mental é você se manter saudável, manter bem, até fisicamente. A gente sabe o que é, mas por em palavras é complicado”

M4 – “Saúde mental, para mim, é equilíbrio (...) Algo que está te dando condições de você exercer suas atividades, que está te dando condições de viver sem sofrimento iminente, sem um sofrimento paralisante. O que eu quero dizer é que: eu estou vivendo aqui, estou conseguindo fazer todas as coisas que eu consigo fazer, o tempo todo acontecem problemas, mas eu consigo lidar com eles, eles não paralisam minha vida, não me fazem ficar em casa sem conseguir sair. (...) Saúde mental é conseguir executar o que eu quero e o que eu me proponho. Saúde mental é viver. Qualquer coisa que tira minha liberdade de existir, de viver, consequentemente tá intrinsecamente ligado à minha saúde mental.

5. Você tem algum histórico de adoecimento mental?

M1- “Eu tinha crises de ansiedade, eu usava medicamentos e hoje já tem mais de seis meses que eu não uso, parei de usar porque eu quis (...) Depois tive um relacionamento que não me fazia bem, então isso foi acabando comigo e foi me consumindo por dentro, e foi chegando em um nível que eu não conseguia, que eu não tinha saúde mental. Eu sou muito acelerada, e ainda sou, mas chegou a um momento que eu não conseguia mais raciocinar (...) Eu tinha crise de ansiedade e de depressão... a crise de ansiedade acarretava em não comer direito, não dormir, porque eu tomava remédio para dormir, também. Tudo isso para mim é uma não-saúde mental”

M2- “Tenho. Tenho sim (...) eu tive muito, aos 17 quando me assumi como LGBT, como lésbica, e também tive muito nesse seio familiar, por conta das posições que a família impõe assim, não só para mim, mas para todos. Eu já sofri muitos tipos de violência, não só física, como emocional e até questões de tirar questões econômicas da minha vida, por conta de quem eu sou e do que eu queria seguir. Eu fiquei muito mal por conta disso, e depois fui me ajustando aos poucos e me reabilitando, mas era algo assim que me deixava muito mal mesmo. Como naquele tempo eu não fazia acompanhamento, eu acredito que naquela época eu poderia estar com depressão mas por falta de um auxílio eu não pude diagnosticar isso.”

M3 – “Por causa disso (feminismo) não. Mas já tive, mas foi rápido, eu tive um momento de mais ou menos oito meses com angústia, que eu caracterizei como depressão leve, mas eu não cheguei a tratar não. Não tomei nenhum remédio, e passou.

M4 – “Tenho. *A entrevistanda relata, com detalhes, casos de adoecimento mental desde 2012 a 2017, que foram importantes do ponto de vista de sua história de saúde mental. Relata também uso de medicações e diagnósticos de depressão maior, transtorno borderline, transtorno de humor bipolar (TAB) e sua relação com essas situações. Com o tempo, o diagnóstico de borderline foi retirado, bem como o TAB. Atualmente, está diagnosticada como transtorno depressivo misto. Hoje, estou sem medicação desde maio de 2018, parei por conta própria e tomo apenas quando estou em crise*”.

6. Você acredita que o engajamento em militância feminista afetou suas relações sociais? Caso sim, cite algum contexto que possa exemplificar.

M1 - “Ainda não afetou, até porque no começo eu não me colocava muito, só dava a entender, mas não conversava abertamente desse assunto, e ele (se referindo ao namorado) ainda falava ‘não, eu não gosto muito de feministas’, e eu comecei a ir puxando (sic) aos poucos e em simples coisas eu fui mostrando a diferença para ele e de certa forma, ele se conscientizou mais do que é o feminismo. Para ele, feminismo era aquele que ele via na televisão, na internet, que feminismo é quem quebra as coisas, que mostra os seios, e não acreditava que era mudar as pessoas aos poucos. (...). No relacionamento anterior, se eu tivesse a visão de hoje, eu não teria feito tanta coisa que fiz, não teria me submetido, ou sido submissa e ter certas atitudes. Quando este (relação atual) me conheceu, eu já tinha decidido: vou mudar, vou me assumir realmente como sou (feminista), então eu imponho minhas ideias, e ele já sabia como era.

M2 – “É muito difícil (falando em relação à família) e algo do qual eu me esquivo um pouco, e isso faz com que eu tome muitas posições radicais na

minha família, e isso fez com que eu mudasse muito, principalmente dos 18 anos para cá, que foi quando eu comecei a me posicionar mais. (...) Eu fui vendo que eu não sou eles, e não tenho que carregar essa responsabilidade nas minhas costas e nem mudar eles, então eu me afasto. (...) depois que eu me afastei eu passei a ter uma melhora muito grande em relação a isso.

M3-“Impactou, mas eu digo que para o bem, até. Pesando na balança, o maior foi pro bem, porque a gente filtra melhor as pessoas com quem a gente convive, e conviver com pessoas boas melhora a saúde mental, porque conviver com diferenças é okay, mas quando essa diferença faz mal para a gente, não é okay. E tá tudo bem quando você exclui essa pessoa. Não é excluir, mas você se afasta, para seu bem. Depois que eu me tornei feminista e me afastei de pessoas que tem opiniões contrárias, machistas, ou até as próprias pessoas se afastaram né, aquela banalização do feminismo, então para mim, foi até melhor.”

M4 - “Absolutamente. Hoje eu não consigo mais, aceitar, tolerar, conviver com determinadas pessoas, principalmente por elas emitirem determinados comportamentos que de alguma forma me ameacem, me tirem direitos, me firam ou qualquer coisa assim. Não é algo que eu consiga mais, e nem quero. Não me submeto. Eu costumo dizer que eu não divido a minha existência com essas pessoas. Então as minhas relações foram muito estremecidas, muito mesmo. (...) Afetou minha relação principalmente minha relação com homens, homens cis³ héteros, porque eu comecei a perceber e saber o que eles estavam fazendo e o que significava o que eles estavam fazendo. Mas não era mais uma coisa que eu precisava tolerar e hoje eu não tolero mais. Hoje se um homem fala algo errado comigo ou com minhas amigas, a minha postura é totalmente combativa. Não me calo com ninguém. Com pessoas religiosas, muito... (...) as pessoas da igreja onde eu congregava, pararam de falar comigo, e hoje já não falam, e além da questão do feminismo, tem a questão da orientação sexual, que é o que eles repudiam dentro da realidade deles. Não tenho paciência e nem interesse em conversar muito com essas pessoas. Por outro lado, ganhei pessoas incríveis, conheci pessoas maravilhosas, conheci pessoas que acreditam em mim e investem em mim, sem nenhuma limitação e me veem como uma pessoa enorme, que pode tudo que quiser! Hoje eu posso tudo com essas pessoas, que me incentivam e me apoiam.

7. Você acredita que o engajamento em militância feminista afetou sua saúde mental? Caso sim, cite um acontecimento que possa exemplificar.

M1 - “Se tiver afetado, vai ser para melhor. Porque você tem aquela certeza ‘eu sou mulher, eu preciso lutar por mim, pelos meus direitos e pelas outras mulheres’ de certa forma te encoraja e te dá aquele impulso. Tantas mulheres que não conhecem, repudiam, mas precisam daquilo, e eu tenho esse conhecimento. Esse conhecimento me fez melhor porque de certa forma eu me descobri, acaba que você vai se descobrindo como mulher (...) você vai ganhando confiança e vai querendo mais igualdade e não aceita certas coisas. Se você não se impõe, você fica submissa, e dependendo do homem ele quer tirar vantagem. Se você não tiver conhecimento de quem você é e do que você quer, você vai deixando. Muita coisa que eu falo ‘não’ hoje, talvez se eu não tivesse esse conhecimento, não tivesse atitude, eu ainda

³ Aqui, M4 se refere a homens cisgênero e heterossexuais. Ou seja: homens que se identificam com o sexo que lhes foi designado ao nascimento e se relacionam com pessoas do sexo oposto ao deles.

estaria parada na minha crise, na minha saúde mental não teria progredido tanto, talvez ainda precisaria usar medicamento, porque de certa forma, a razão da minha crise de ansiedade ter acontecido foi por eu aceitar muita coisa, porque ‘deixa, tem que aceitar, sou mulher, o que posso fazer?’. Só que você vê que não, que isso te empodera, não é desse jeito, você não tem que aceitar que a sociedade, que um homem, que alguém te impõe.”

M2 -“Negativamente não, mas positivamente sim. Porque, vamos supor que eu não tivesse conhecido o feminismo, para quem cresceu dentro de uma família que quer que a mulher fique ali no lugarzinho dela, e que tem que se colocar no lugar de que deve ficar calada. (...) Afetou de uma forma positiva, eu sinto assim. Quando eu passei a compreender a intergeracionalidade e como isso vem passando de geração em geração e como isso vem a se (*incompreensível*) no meio da sociedade, eu passei a compreender, de certa forma, por qual motivo a minha família seja assim. Não ocorreu (sic) mudanças no meio familiar, mas me fez ter uma mudança de concepção acerca deles, entendeu. Aí ocorreu melhoras. Não foi aquela mudança que me transformou de cara, mas eu considero uma melhora sim.

M3 -“Eu percebo que eu tenho ficado mais atenta, pensar onde eu entro e o que eu escrevo. Como te falei, eu já fui atacada, às vezes eu postava coisas que eu queria falar, queria me expressar, e eu apagava, por medo de ser atacada. E isso gerava um sofrimento muito grande para mim, por mais que seja uma bobagem, gera um sofrimento quando você não pode se expressar e fica com medo de se expressar. Ou quando você é atacada por pessoas que você não imaginava. Hoje em dia eu meço muito as coisas para não cair nesse tipo de sofrimento. Hoje em dia mudou a angústia, consegui tacar o foda-se (sic), mas hoje em dia eu não entro em discussão que não vale a pena, porque sei que não vou ficar bem. (...) E outra, tanta coisa que a gente aprende, o próprio discurso do feminismo, de empoderamento, de você se gostar, de você se amar, independentemente do que as pessoas acham de você, isso não é uma coisa ruim, isso é uma coisa boa, porque a autoestima da gente é muito importante! Isso melhorou minha autoestima muito, demais!

M4 - “O feminismo me trouxe muitos benefícios, mas o maior deles é meu, dentro de mim, para mim, em mim, hoje eu tenho uma aceitação muito maior de quem eu sou, tanto externa quanto internamente. (...) A aceitação que eu ganhei, interna e externamente... Interna no sentido de que eu posso qualquer coisa, não é porque eu sou uma mulher que eu não posso alguma coisa, não tem isso, e o melhor de tudo: eu posso escolher! Tenho liberdade de escolha. Eu consigo ser autora da minha própria história, eu sou um sujeito ativo, eu estou autogerindo a minha vida, ela não está sendo gerida pelas mãos de deus, de pastores, de meus familiares, dos meus amigos... não. A minha vida está regida por mim! O feminismo me deu essa autonomia. Não consigo responder se é benéfico de forma geral, porque conhecer traz sofrimento. Ao mesmo tempo em que eu conheci um monte de coisa e ‘me libertei’, eu conheci as correntes, eu vi as correntes. E saber que eu estou presa, por mais que eu tenha um discurso libertário, eu ainda estou muito presa, não consegui me soltar totalmente. Saí de uma bolha e estou em outra. Estudar o feminismo e ter contato com as coisas e saber o que aquilo significa é muito dolorido. É muito cruel, porque eu vejo algumas coisas que antes eu passava por cima e não me atingiam. Hoje me atinge muito, me derruba, me devasta, me destrói, porque eu sei o que significa, eu sei de onde

vem aquilo. O que antes não me importava, hoje comprime minha existência.

A formulação dos resultados e discussão corresponde às etapas 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete) e 8 (oito) da análise de discurso pautada na psicologia discursiva. A saber: (5) transcrição da pesquisa, seguida de (6) codificação da entrevista para facilitar a análise, com a seleção dos temas mais comum entre as respostas à entrevista, (7) realização da análise valendo-se do referencial teórico apresentado previamente e (8) validação da análise ao se correlacionar o conteúdo das entrevistas com a realidade das entrevistadas.

Através das respostas obtidas pela entrevista semiestruturada, é possível perceber algumas semelhanças entre as vivências das mulheres que responderam a esta pesquisa. Referente à forma como entraram em contato com o feminismo, relataram diversas formas: em convivência com o incentivo dos pais para a independência, na faculdade, e nas redes sociais. Todas relatam que se aprofundaram mais no tema através da internet e redes sociais.

Vale pontuar que todas as mulheres entrevistadas nessa pesquisa são adulto-jovens e são universitárias em faculdades privadas. Isso implica na análise de suas realidades, tendo em vista que a vida de mulheres adulto-jovens que estão na universidade possui diferenças da vida de mulheres que estão há mais tempo na militância, e vivem em outra realidade socioeconômica.

A respeito da militância, M1, M2, M3 e M4 acreditam que é uma forma de propagar o feminismo, informar as pessoas e questionar o status quo. M4 acrescenta que a militância significa, para ela, lutar pela sua existência de forma digna. Entende a militância como singularmente atrelada à sua forma de viver e ser no mundo. Todas as mulheres entendem a militância como uma tarefa integral, que se traduz de diversas formas, seja nas redes sociais, em passeatas, manifestações, ou seja em ações de sororidade entre mulheres.

As mulheres entendem a saúde mental de variadas formas, desde saber estabelecer limites entre o que é de si e o que é de outro, passando pela definição de saúde mental como uma junção entre saúde física e emocional e também como equilíbrio e capacidade de resiliência. M2 citou um “tripé” para explicar a saúde mental: seria uma junção entre saúde cognitiva, emocional e social.

M1, M2 e M4 relatam adoecimento mental relacionado aos contextos machistas em que estiveram/estão inseridas (família viriarcal, relacionamentos abusivos, preconceito relacionado à orientação sexual). Essas três mulheres relataram crises de depressão e ansiedade. As três também relataram ideação suicida, e em dois desses casos, houve tentativa de suicídio. Duas tomaram medicação prescrita por psiquiatras. M3 relata sofrimento mental

em um período de sua vida, mas acredita estar relacionado à perda de um ente querido. Todas as mulheres relataram estar bem, psicologicamente falando, à altura da entrevista, duas delas estavam sendo acompanhadas em terapia ou psiquiatra, ou ambos ao mesmo tempo.

M1, M2, M3 e M4 afirmam que o engajamento em militância feminista afetou suas relações sociais. Relatam ter deixado de aceitar de forma passiva as coisas impostas por família, sociedade. Relatam melhoria nas relações amorosas, passando para relacionamentos menos abusivos e escolhendo de forma mais detalhada as pessoas com quem se relacionam, inclusive em amizades. Uma das mulheres afirma que pessoas de sua antiga congregação religiosa deixaram de falar com ela a partir do momento que começou a expor seu pensamento feminista. Outra afirma que decidiu se esquivar de encontros familiares, que lhe faziam mal, e agora se sente melhor.

Sobre o impacto em sua saúde mental as mulheres afirmam que o feminismo afetou para melhor esse aspecto de suas vidas. Afirmam ter maior conhecimento de si, serem menos submissas, maior compreensão da dinâmica da família, melhoria da autoestima e empoderamento, bem como a possibilidade de atuar ativamente a respeito de sua própria vida. M4 faz um contraponto entre os benefícios que o feminismo lhe trouxe, e o fato de que “conhecimento traz sofrimento” e por esse motivo, ela não consegue dizer se o feminismo foi benéfico de forma geral, pois agora, consegue ‘enxergar as correntes’ e isso é doloroso.

Nesta pesquisa, foram identificados alguns temas que permearam com frequência a fala dessas mulheres e serão discutidos a seguir. São eles: ciberativismo, conflitos familiares, adoecimento mental e saúde mental após o engajamento na militância feminista.

7.1 Ciberativismo feminista

O ciberativismo vem ocupando cada vez mais espaço na internet e nas redes sociais. O uso de novas tecnologias de comunicação por ativistas é um fenômeno recente, mas não exatamente novo. Araújo et. al (2012) entende que o ativismo é um fenômeno social inerente às redes como a internet. Os autores pontuam que o ciberativismo surge como uma disputa tecnossocial e facilita as formas de organizações dos movimentos através da rede (ARAÚJO et. al, 2012).

Foi observado no discurso dessas mulheres que sua militância se dá em grande parte nas redes sociais e também é na internet que se informam a respeito do movimento, ou onde aprenderam sobre o tema:

“Sempre tive muito contato na internet, e comecei a procurar sobre essas coisas que me interessavam, que eu gostava” (M1)

“onde foi citada a Simone de Beauvoir, brevemente, e eu por interesse próprio, corri atrás na internet acerca de quem que era, e lá, vi as influencias dela nos dias atuais (...)” (M2)

“Acho que mais pela internet mesmo que eu comecei assim (*a se aproximar do movimento*), acho que foi o boom da internet, que a gente começou a conhecer mais sobre os movimentos, através de páginas feministas, e quando teve esse boom, não lembro em que ano foi, eu comecei, por curiosidade, a ler as páginas e seguir as páginas também [...] e aí, com isso, eu comecei a pesquisar sem ser nas páginas, mas em matérias, textos, na internet mesmo e só depois que eu comecei a me aprofundar com livros” (M3)

Algumas das facilidades das redes são: o baixo custo, a rápida propagação das ideias e um debate mais livre entre os internautas. Outro ponto a favor do ciberativismo é o fato de que qualquer pessoa pode ser um produtor de informações, não sendo mais legado ao papel de simples consumidor. Obviamente esse ponto pode ser contestado pelo grande número de pessoas que acreditam serem especialistas sem o ser, mas o fato é que o acesso das pessoas à internet democratizou o debate (DIEMINGER; OLIVEIRA, 2015). Como exemplo, M1 fala sobre como tem acesso a conteúdos sobre feminismo:

“Tem uma pessoa que eu sigo e quando eu vejo os *stories*⁴ dela, ela indicando livro, ou frases sobre feminismo, que eu me identifico, eu vou lá e *printo*,⁵ para estudar depois” (M1)

Sobre o ciberfeminismo, Souza (2017, p. 153) pontua que as mulheres “vem se apropriando da estrutura da internet (baseada em redes horizontais, relativamente acessíveis à população geral, livre de grandes censuras etc.) [...] como importantes canais que viabilizam a luta feminista”. Para a autora, a heterogeneidade das redes permite que o discurso se torne múltiplo e descentralizado.

Sobre isso, a participante M2 afirma:

“A militância ocupa muito tempo da minha vida, principalmente nas redes sociais se eu vejo algo sobre o tema, ou se eu vejo alguém querendo rechaçar o tema, eu tô ali debatendo. E então, enquanto essa discussão durar, eu nunca me calo, eu sempre fico ali respondendo, compartilhando...” (M2)

⁴ Stories é uma função de redes sociais como Snapchat, Instagram, Facebook e Whatsapp, que permite ao usuário compartilhar vídeos, fotos, textos, links (informação e mídia em geral) sobre o seu dia a dia, e que são excluídas em 24 horas. (COSTA, 2017).

⁵ “Printo” é um neologismo português, derivado do ato de tirar “printscreen” da tela do aparelho eletrônico que se usa. O printscreen é uma captura da tela, ou em uma linguagem mais informal significa tirar uma foto da tela. (CYBERNETFX, 2017)

Souza (2017) aponta que a internet tem sido utilizada como ferramenta política e espaço onde o debate e a difusão de demandas e críticas feministas têm alcançado grandes massas. M3 explica onde aprendeu mais sobre feminismo:

“A primeira que comecei a seguir foi a Não Me Kahlo [...] e aí, com isso, eu comecei a pesquisar sem ser nas páginas, mas em matérias, textos, na internet mesmo e só depois que eu comecei a me aprofundar com livros” (M3)

A página para a qual M3 faz referência: “Não me Kahlo” é uma página feminista na rede social Facebook, que possui até o momento (novembro de 2018), 1.247.225 curtidas, e que faz referência ao nome da famosa artista Frida Kahlo, que também se declarava feminista. Ao mesmo tempo, faz um trocadilho com a frase “Não me calo”, que é um incentivo para que as mulheres denunciem abusos e agressões.

Entretanto, existem preocupações a respeito disso:

“Você não vai conseguir, por exemplo, só pela internet postando texto, falar com todo mundo, porque a pessoa lê lá e pensa: nossa, ela tá postando isso de novo! Eu acho que o certo é você conversar pessoa por pessoa!” (M1)

Essa pontuação de M1 encontra respaldo em Malcher (2016), que se questiona até que ponto a utilização da internet para divulgar as causas feministas pode ser traduzida como um discurso de autonomia, ou se a junção do capitalismo com as redes sociais transformou esse ciberativismo em um esvaziamento da força radical feminista. Como M1 afirma, algumas pessoas podem se sentir incomodadas ou receberem desinformação a respeito disso, também pelas redes sociais.

Isso porque, a despeito das grandes promessas sobre a Era da Informação, o “comportamento político das massas, mesmo com acesso a rede, continuou relativamente estagnado” (MALCHER, 2016, p. 48) durante algum tempo. Grande parte das pessoas ainda está desinformada sobre os movimentos político-sociais e acabam por ter uma visão deturpada do feminismo. Sobre isso, M1 discorre sobre a forma como o namorado enxergava o feminismo:

“Para ele, feminismo era aquele que ele via na televisão, na internet, que feminismo é quem quebra as coisas, que mostra os seios, e não acreditava que era mudar as pessoas aos poucos. (...)” (M1)

Portanto, percebe-se também que as redes servem tanto para informar como para trazer informações deturpadas ou incompletas. A democratização da rede tem suas benesses e também seus prejuízos.

Com o aumento do engajamento nas redes sociais, se alastrou rapidamente a possibilidade de maior alcance das pessoas. A partir de 2011, uma onda de protestos tomou o

globo, impulsionadas principalmente pelas redes. A autora Malcher (2016) cita as manifestações ocorridas no Brasil, em 2013, e é importante frisar o recente protesto denominado #EleNão, ocorrido também no Brasil em setembro de 2018.

De acordo com a British Broadcasting Corporation (BBC) Brasil (2018), a manifestação ocorrida em 29 de setembro foi a maior manifestação de mulheres na história do país. A corporação afirma que as redes sociais foram fundamentais para a organização do movimento, que surgiu a partir de um grupo de Facebook “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, que à época da matéria, possuía cerca de 3,8 milhões de participantes. Todas as mulheres entrevistadas participam desse grupo no Facebook e três delas participaram da manifestação #EleNão nas ruas. Citando diretamente o Bolsonaro, M2 diz:

“Tem uma grande amiga da minha tia, que ela é feminista e ela compartilha coisas, por exemplo, contra o Bolsonaro, então ali (se refere aos almoços de domingos na casa da avó) todo mundo começa a retaliar essa amiga ‘aquela besta, ela fica ali falando mal do Bolsonaro, porque feminismo...’”(M2)

Bolsonaro é um candidato à presidência do país, que ao realizar afirmações contrárias aos direitos das mulheres, tornou-se o alvo da manifestação que tomou conta do país. A organização feminista então, se uniu para manifestar publicamente o repúdio à candidatura do deputado federal, alcançando cerca de 114 cidades no país, bem como manifestações de brasileiras e brasileiros que residem em outros países (BBC BRASIL, 2018).

Além do protesto à candidatura de Bolsonaro, a manifestação conseguiu outros feitos antes impensáveis: reuniu pessoas de todos os espectros políticos e consolidou o fato de que pela primeira vez na história do país, homens e mulheres votaram de formas diferentes (de acordo com a BBC News Brasil, nunca houve uma diferença tão grande entre as intenções de votos entre homens e mulheres).

Também de acordo com o Correio Braziliense (2018), se dependesse das mulheres, o candidato da oposição (Fernando Haddad) teria sido eleito com quase 60% dos votos. Já se tivesse apenas nas mãos dos homens, Bolsonaro ganharia a eleição com 60% dos votos, contra 40% para o candidato da oposição (CORREIO BRASILIENSE, 2018).

Por fim, Marchel (2016) acaba por enxergar com positividade e entusiasmo a utilização das redes sociais para o ciberativismo. Se antes o comportamento político das pessoas estava estagnado, este se consolidou com o surgimento das redes sociais, espaços abertos onde a democracia pode ser exercida plenamente.

Outros teóricos a enxergarem de forma positiva o ciberativismo são Ivana Bentes et.al (2008), ao afirmar que as redes sociais proporcionam a “radicalização da democracia

participativa” (p. 140) e Castells (2013), que também enxerga com otimismo as novas gerações e aposta na mobilização consciente e no empoderamento dos jovens.

Embora encare com otimismo o ciberativismo atual, a autora Marchel (2016) alerta para que se esteja atento ao contexto atual. Em sua tese, ela aponta os perigos do paradoxo do ativismo digital, que segundo ela “no discurso, se coloca contra o sistema capitalista, e, no entanto, por ter sido submetido à sua lógica, não [sendo] apenas esvaziado, mas passa a trabalhar para o seu fortalecimento” (MARCHEL, 2016, p. 51).

Esse interesse e engajamento pelo feminismo nas redes sociais, a partir da década de 2010, também é considerado informalmente como a quarta onda do feminismo.

7.2 Violência intrafamiliar ou doméstica

A violência intrafamiliar, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), se deve a “qualquer relação de abuso no contexto privado da família, realizado a qualquer um de seus membros” (p.10). De acordo com Magalhães et al. (2017), a violência intrafamiliar pode ser entendida como um ato violento, “ou sua omissão, praticado por indivíduos da convivência íntima, independente de consanguinidade, que gere danos a outrem”(p. 2).

Não houveram relatos de agressões físicas, mas estavam presentes relatos de agressões verbais e psicológicas, principalmente contra as mulheres da família, no discurso de 2 mulheres, M1 e M2.

“Eu comecei a pensar: porque ele faz isso (se referindo ao pai)? Porque ele trata assim a minha mãe? (...) Ele é machista. Quando eu tinha 15 anos, sem perguntar a minha opinião ele me mandou morar em Palmas, sozinha, do nada. Mas de certa forma ele sempre encorajou pra mulher não... mesmo que ele tenha algumas atitudes machistas dentro de casa, ele sempre fez isso” (M1)

M1 pondera que as situações que a fizeram repensar as atitudes de um homem e um sistema que respalda esse homem, foram situações que presenciou dentro de sua própria casa. A partir da forma como seu pai se relacionava dentro de casa, ela começou a perceber que algo estava errado:

“Essa minha decisão de ser diferente veio da forma que ele tratava a minha mãe. Eu pensava assim: ‘não é normal tratar a mulher assim, se for pra casar assim eu nem quero’. (...) Tá vendo como ele é muito contraditório? Diz que tem que ser muito independente, ao mesmo tempo ele tratava minha mãe muito... por mais que ensinou ela a andar de carro, mas verbalmente? Ele nunca tratou minha mãe muito bem e isso sempre me magoou muito” (M1).

“Eu já vinha com histórico do meu pai ser complicado, falo assim, o meu problema era com meu pai, era/é com meu pai, de atitudes, de coisas que foi tudo na questão de emocional né (*nesse momento, se emociona*)” (M1).

Em seu relato, ela atribui às atitudes do pai, as crises de ansiedade com as quais conviveu durante boa parte de sua vida. Isso é observado na literatura. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), aponta que é frequente que mulheres que passaram por situações de violência intrafamiliar acabem por desenvolver “ansiedade, medo e confusão, fobias, insônia, pesadelos, auto reprovação, sentimentos de inferioridade e fracasso (...)” (p. 48). Alguns desses sintomas estavam presentes na vida de M1:

“Eu tinha crise de ansiedade e de depressão... a crise de ansiedade acarretava em não comer direito, não dormir, porque eu tomava remédio para dormir, também”. (M1)

Também para M2, o convívio familiar é difícil:

“Minha família não é um pouco não, é muito preconceituosa, é muito difícil (o convívio com eles) e algo do qual eu me esquivo muito.” (M2)

Ela afirma que já sofreu violência física, verbal e patrimonial:

“É uma família que não quer impor as proposições (sic) e os ideais deles apenas para a minha vida, mas na vida de todo mundo, sabe? Então, já sofri diversos tipos de violência, não só física, como emocional e até questão de tirar questões econômicas da minha vida, por conta do que eu sou (*se refere ao fato de que é lésbica*) e do que eu queria seguir, e fiquei muito mal, durante muito tempo, por conta disso”. (M2)

A lei Maria da Penha (11.340/2006) configura a violência patrimonial como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

O episódio a que M2 se refere pode ser configurado como violência patrimonial tendo em vista o fato de que ela era menor de idade na época e dependia financeiramente da família. Por ser lésbica, teve, por algum tempo, a suspensão dos recursos financeiros aos quais tinha acesso antes de assumir a orientação sexual.

Ambas as mulheres desenvolveram métodos para se “proteger” dessas agressões. M1 passou a responder aos ataques, e M2 passou a se esquivar do contato com a família.

“Eu percebi que uma das formas dele me respeitar era assim: quando ele vinha com agressividade e brigando e eu respondia da mesma forma, aí ele ficava: opa, onde eu tô pisando? Por mais que eu sofri muito com o jeito dele, eu também nunca fui quieta, de ficar na minha (...) mas na minha adolescência eu aceitei muita coisa calada, aí você aceita as coisas calada, sofre, chora... não, não precisa ser assim. Eu peguei essa coragem quando ele

falou alguma coisa da minha mãe que eu não gostei, e eu virei pra ele e falei ‘você respeita a minha mãe, porque se você continuar falando assim, você não fala mais comigo’, daí que eu comecei a pegar coragem (...) e ele ficou sem ação, e eu disse ‘se for pra um dia eu casar e ter um marido que nem você, eu prefiro nem casar’, (...) ele sabe que eu tenho uma posição muito diferente. Quando eu vou pra lá (caso dos pais) sempre tem muito atrito, nunca parou para conversar” (M1).

“Aos domingos na casa da minha avó, eu já não vou por ‘n’ motivos, onde normalmente toda a família almoça junto, né, por muitos preconceitos já, que eles têm entre eles o preconceito em relação ao tema do feminismo.” (M2)

Procurar ajuda psicológica também foi uma alternativa para M1, ela afirma que está na terapia a 2 (dois) anos e tem melhorado desde então. Para M2, esquivar-se do convívio familiar, sem se sentir culpada, também tem ajudado a preservar sua saúde mental:

“Eu fui vendo que eu não sou eles, e não tenho que carregar essa responsabilidade nas minhas costas e nem mudar eles, então eu me afasto. (...) depois que eu me afastei eu passei a ter uma melhora muito grande em relação a isso”

M3 e M4 não apresentaram relatos de violência intrafamiliar.

O feminismo tem um histórico de luta contra a violência intrafamiliar, entendendo que ela afeta, maiormente, mulheres e crianças. De acordo com Diniz (2010), desde a Revolução Francesa, o feminismo carrega esse cunho reivindicatório. Embora seja enxergado, muitas vezes, como apenas político, o movimento também se debruça sobre os segmentos da vida civil e enxerga a questão do enfrentamento da violência doméstica como uma necessidade urgente para a emancipação não somente da mulher, mas humana.

7.3 Saúde mental e feminismo

Considerando a proposta inicial do trabalho, este tópico tem por objetivo analisar as respostas que as mulheres deram à respeito dessa importante dimensão de suas vidas, que é a saúde mental. As quatro mulheres entrevistadas afirmaram que o feminismo afetou de forma benéfica sua saúde mental. Isso pode ser observado nas respostas para a pergunta de número 7: “Você acredita que o engajamento em militância feminista afetou sua saúde mental?”.

M1 - “Se tiver afetado, vai ser para melhor. Porque você tem aquela certeza ‘eu sou mulher, eu preciso lutar por mim, pelos meus direitos e pelas outras mulheres’ de certa forma te encoraja e te dá aquele impulso. Tantas mulheres que não conhecem, repudiam, mas precisam daquilo, e eu tenho esse conhecimento. Esse conhecimento me fez melhor porque de certa forma eu me descobri, acaba que você vai se descobrindo como mulher (...) você vai ganhando confiança e vai querendo mais igualdade e não aceita certas coisas. Se você não se impõe, você fica submissa, e dependendo do homem

ele quer tirar vantagem. Se você não tiver conhecimento de quem você é e do que você quer, você vai deixando”

Já foi dito que a saúde mental não possui uma definição exata, pois depende da singularidade dos sujeitos. Entretanto, existem algumas definições que tentam dar um norte. Nota-se que a concepção que M1 tem a respeito de saúde mental, se assemelha ao conceito definido pela psicologia positiva e pela OMS (2002). Ambas as proposições encaram a saúde mental como a capacidade que o ser humano tem de perceber suas potencialidades.

M1 fala que o feminismo lhe trouxe “conhecimento” e, portanto, ela se descobriu e passou a lutar por mais igualdade. Para M1, o fato de aprender a reconhecer seus limites e hoje saber dizer ‘não’, é benéfico e afeta positivamente sua saúde mental. Portanto, ao fazer um balanço entre sua saúde mental, antes e agora, consegue traçar um paralelo entre as duas situações e afirma:

M1- “Talvez se eu não tivesse esse conhecimento, não tivesse atitude, eu ainda estaria parada na minha crise, na minha saúde mental não teria progredido tanto, talvez ainda precisaria usar medicamento, porque de certa forma, a razão da minha crise de ansiedade ter acontecido foi por eu aceitar muita coisa, porque ‘deixa, tem que aceitar, sou mulher, o que posso fazer?’”.

Sobre a mesma pergunta, M2 diz:

M2 -“Negativamente não, mas positivamente sim. Porque, vamos supor que eu não tivesse conhecido o feminismo, para quem cresceu dentro de uma família que quer que a mulher fique ali no lugarzinho dela, e que tem que se colocar no lugar de quem deve ficar calada. (...) Afetou de uma forma positiva, eu sinto assim. Quando eu passei a compreender a intergeracionalidade e como isso vem passando de geração em geração e como isso vem a se (*incompreensível*) no meio da sociedade, eu passei a compreender, de certa forma, por qual motivo a minha família seja assim. Não ocorreu (sic) mudanças no meio familiar, mas me fez ter uma mudança de concepção acerca deles, entendeu. Aí ocorreu melhoras. Não foi aquela mudança que me transformou de cara, mas eu considero uma melhora sim.

A entrevistada também aponta que o feminismo lhe trouxe “conhecimento”. Intergeneracionalidade, aqui citada por ela, diz respeito à convivência de gerações de idades distintas de acordo com Poltronieri et al. (2015). Não foi explicado por ela a escolha pelo uso desse termo, mas pode se referir à convivência com pessoas mais velhas em sua família, que por, tradicionalmente, serem mais conservadoras, tendem a apresentar maior resistências a questões contemporâneas.

É importante observar que a melhoria na saúde mental de M2 se deu após ela compreender e ressignificar algumas vivências do seu meio familiar. Essa ressignificação

pode ser chamada de “capacidade de ajustamento”, que Devereux (1971) considera como um sinal de adequada saúde mental.

Para M3, a mudança pode ser observada principalmente na forma como consegue, hoje, ter uma boa relação consigo mesma, e tem aprendido sobre empoderamento e autoestima.

M3- “Hoje em dia mudou a angústia, consegui tacar o foda-se (sic), mas hoje em dia eu não entro em discussão que não vale a pena, porque sei que não vou ficar bem. (...) E outra, tanta coisa que a gente aprende, o próprio discurso do feminismo, de empoderamento, de você se gostar, de você se amar, independentemente do que as pessoas acham de você, isso não é uma coisa ruim, isso é uma coisa boa, porque a autoestima da gente é muito importante! Isso melhorou minha autoestima muito, demais!”

Essa concepção se aproxima do modelo da psicologia positiva, de acordo com o site da Secretaria de Saúde de Curitiba (s.d), que afirma que alguns dos sinais de saúde mental adequada são: atitudes positivas em relação a si, crescimento, desenvolvimento e autorrealização, integração e resposta emocional, autonomia e autodeterminação, percepção apurada da realidade e domínio ambiental e competência social.

Para M4, o engajamento em militância feminista trouxe grandes benefícios, mas também certo sofrimento.

M4 - “O feminismo me trouxe muitos benefícios, mas o maior deles é meu, dentro de mim, para mim, em mim, hoje eu tenho uma aceitação muito maior de quem eu sou, tanto externa quanto internamente. (...) A aceitação que eu ganhei, interna e externamente... Interna no sentido de que eu posso qualquer coisa, não é porque eu sou uma mulher que eu não posso alguma coisa, não tem isso, e o melhor de tudo: eu posso escolher! Tenho liberdade de escolha. Eu consigo ser autora da minha própria história, eu sou um sujeito ativo, eu estou autogerindo a minha vida, ela não está sendo gerida pelas mãos de deus, de pastores, de meus familiares, dos meus amigos... não. A minha vida está regida por mim! O feminismo me deu essa autonomia.

O conceito de Yunes (2003) demonstra que a saúde mental significa resiliência. Não é ser invulnerável à crise, mas conseguir não se deixar paralisar por ela e superá-la. O conceito que M4 tem sobre saúde mental se aproxima bastante desse discurso:

M4- “O que eu quero dizer é que: eu estou vivendo aqui, estou conseguindo fazer todas as coisas que eu consigo fazer, o tempo todo acontecem problemas, mas eu consigo lidar com eles, eles não paralisam minha vida, não me fazem ficar em casa sem conseguir sair.”

Yunes (2003) e Infante (2005) versam sobre a resiliência como indicativa de saúde mental e capacidade adaptativa frente aos problemas. Dessa forma, ter saúde mental não significa estar sempre feliz ou alegre, mas ter flexibilidade emocional e psicológica o suficiente para conseguir superar as adversidades que aparecerem.

Um ponto importante no discurso de M4, é que ela faz um contraponto entre as coisas que aprendeu com o feminismo e os benefícios que recebeu e com o sofrimento que aparece a partir do momento em que se compreende a natureza da situação em que se está inserida.

M4- “Não consigo responder se é benéfico de forma geral, porque conhecer traz sofrimento. Ao mesmo tempo em que eu conheci um monte de coisa e ‘me libertei’, eu conheci as correntes, eu vi as correntes. E saber que eu estou presa, por mais que eu tenha um discurso libertário, eu ainda estou muito presa, não consegui me soltar totalmente. Saí de uma bolha e estou em outra. Estudar o feminismo e ter contato com as coisas e saber o que aquilo significa é muito dolorido. É muito cruel, porque eu vejo algumas coisas que antes eu passava por cima e não me atingiam. Hoje me atinge muito, me derruba, me devasta, me destrói, porque eu sei o que significa, eu sei de onde vem aquilo. O que antes não me importava, hoje comprime minha existência”

M4 cita o fato de que ver as correntes a faz sofrer. Isso significa que, agora, compreende os motivos das opressões que sofre e sofreu durante sua vida, e isso é mais doloroso. Essa situação pode ser explicada pela filosofia de Schopenhauer, que de acordo com Torres (2013), afirma que o nível de sofrimento acompanha o nível de consciência.

Portanto, M4 recebeu benefícios com o engajamento em militância feminista, mas compreende que as opressões operam em um nível estrutural, o que impede que o simples conhecimento a respeito dessas opressões melhore sua vida em algum aspecto. É preciso operar ativamente para a desconstrução dessa estrutura, pois, parafraseando Audre Lorde, é impossível ser livre, enquanto outras mulheres não o são, mesmo que suas correntes sejam diferentes das nossas.

Essa seção trouxe os resultados obtidos na pesquisa, através das respostas que as mulheres concederam à entrevista semiestruturada. Trouxe também uma correlação com o referencial do trabalho, situando teoricamente as vivências dessas mulheres.

Além disso, discorreu-se sobre os três assuntos que mais se destacaram nos discursos das participantes, a saber: ciberativismo como nova manifestação da militância, que ganha espaço entre as mulheres; vivências de violência intrafamiliar, que foram decisivas para que essas mulheres procurassem alternativas de resistir ao sofrimento; e saúde mental pós-engajamento no feminismo, e seus desdobramentos na vida dessas mulheres.

Na próxima seção são apresentadas as considerações finais a respeito da construção do referencial teórico, da construção e aplicação da entrevista e da análise realizada, bem como as conclusões sobre o trabalho realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou abordar a saúde mental de mulheres feministas e militantes na cidade de Palmas – TO, e entender como o discurso de equidade de gênero afeta as relações sociais e saúde mental dessas mulheres. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com perguntas que procuraram entender como essa mulher entrou em contato com o feminismo (pergunta 1) e o que ela entende por militância (pergunta 2).

A entrevista também indagou a respeito de quanto tempo essa mulher dedica para a militância (pergunta 3) e o que ela entende por saúde mental (pergunta 4). Foram investigadas, por fim, questões de adoecimento mental (pergunta 5) na historicidade dessas mulheres e se acreditavam que a militância feminista impactara suas relações sociais (pergunta 6) e sua saúde mental (pergunta 7).

A partir das respostas obtidas, foi possível traçar uma análise de como o feminismo e a militância feminista afeta a vida dessas mulheres e se a saúde mental delas é influenciada pelo engajamento nesses temas. Essa análise se deu a partir da perspectiva teórica do Feminismo, da Saúde Mental e dos Estudos de Gênero.

A respeito do feminismo (capítulo 2), foi realizado um apanhado histórico, desde a Idade Antiga até os dias atuais, sobre como a condição da mulher foi vista, estudada e como a mulher tornou objeto e protagonista de lutas históricas pela sua emancipação político-social e sexual. Foram descritas as três ondas do feminismo, e apesar de algumas teóricas e teóricos já falarem em quarta onda do movimento, não foi abarcada nesse trabalho por ainda não haverem estudos significativos sobre o tema, nem principais teóricos. A quarta onda, entretanto, seria o movimento atual de ativismo digital, que ocorreu, principalmente, a partir de 2012.

No capítulo 3, foram consideradas as definições de Saúde Mental, que variam de acordo com as especificidades do indivíduo e estão diretamente relacionadas com a subjetividade de cada pessoa. Ao se verificar o que cada mulher entende por saúde mental, foram feitas correlações com as definições apresentadas no construto teórico.

Também neste capítulo foram abordadas as complicações na saúde mental de mulheres, com os estudos de Zanello, entre outras, que procuram mostrar como a condição da mulher na nossa sociedade, afeta sua saúde mental.

No capítulo 4, foi realizada uma síntese dos estudos sobre gênero, até o momento. Foram abordadas as concepções biológicas sobre gênero e de como o modelo médico contribuiu para a forma como os gêneros são considerados na nossa sociedade. Também se

pontuaram os estudos antropológicos realizados sobre gênero, com a contribuição marcante de Pierre de Bourdieu. Por fim, apresenta-se a concepção de gênero como construção social e as implicações sociais e morais desse entendimento.

Os resultados da pesquisa demonstram que a partir do momento em que essas mulheres entraram em contato com o feminismo, houve mudanças significativas em suas vidas. A respeito das relações sociais, alegam ter, aos poucos, se afastado de pessoas/grupos sociais/familiares que representam a opressão viriarcal e imposições sociais correlacionadas ao gênero feminino, e passaram a “escolher” melhor com quem se relacionar.

Isso permitiu que saíssem de relacionamentos abusivos, de grupos religiosos que suprimiam direitos básicos e pregavam a submissão da mulher, e também, limitaram o acesso a familiares que reproduzem o discurso vigente. Uma mulher relatou que se sentiu excluída de um espaço de manifestação religiosa, fato que conseguiu elaborar com o tempo.

A respeito da saúde mental, as mulheres que participaram dessa pesquisa são categóricas ao afirmar que houve benefícios e melhorias. A partir do momento em que compreenderam a sua condição como mulher e as implicações de ser mulher em uma sociedade construída para a virilidade, foi possível desconstruir algumas formas de ser que causavam adoecimento.

Não se pode, entretanto, negar a fala de uma das participantes, que afirma que com os benefícios, houve também dificuldades. Dar-se conta do processo de socialização adoecedor a que mulheres estão submetidas e entender que não há nada que possa remediar isso em curto prazo, pode ser doloroso. Para isso, a educação e informação constantes são as principais armas, bem como desconstruir, dia a dia, os argumentos que substanciam a conjuntura político-social do machismo.

É importante ressaltar que a melhoria na saúde mental dessas mulheres não se deu apenas do conhecimento sobre feminismo. A partir do momento em que se enxergam como seres ativos, essas mulheres buscaram formas de organizar suas existências, colocando o foco para si. Procuraram terapia, psicólogos e/ou psiquiatras e não estão curadas de seus sofrimentos mentais, antes, estão em um constante processo terapêutico.

Cabe aqui pontuar que esse processo terapêutico não está estritamente ligado ao processo de psicoterapia. Refere-se antes, ao autoconhecimento e às iniciativas que essas mulheres realizam em prol de sua saúde mental. Essas iniciativas vão desde: reservar um tempo de qualidade para si, desfazer-se de relacionamentos abusivos, empoderar-se, conectar-se com seu corpo até desenvolver autonomia e autoestima. A busca por psicoterapia

(citada por duas mulheres), é uma consequência de finalmente compreenderem que sua saúde mental importa e é preciso compreender e resolver os empecilhos que se opõem a ela.

Este trabalho, portanto, acarreta considerável relevância social, acadêmica e pessoal. Em tempos nos quais o feminismo ainda é demonizado, e as mulheres, sejam elas feministas ou não, conduzidas a fogueiras subjetivas de ataques conservadores e morais, é importante ressaltar que um movimento que as coloca como protagonistas, afeta de forma pungente tanto a conjuntura viriarcas quanto a subjetividade de cada mulher que se envolve no movimento.

Os objetivos dessa pesquisa foram alcançados com êxito, visto que foram estudados os impactos que o engajamento em militância feminista proporciona nas relações sociais e na saúde mental das mulheres. Também surgiram pontos importantes como a ascensão do ciberativismo no cotidiano de todas as mulheres e como a violência intrafamiliar é presente em metade da amostra que respondeu à pesquisa.

Entretanto, a pesquisa não pode ser usada como parâmetro para se analisar em larga escala, a relação das mulheres feministas com sua saúde mental. Isso ocorre porque a amostra é pequena, de forma que não é possível afirmar que tem validade estatística. Entretanto, como pesquisa qualitativa corresponde às suas expectativas.

Outro ponto importante é o fato de que esta pesquisa foi realizada com mulheres jovem-adultas, entre 22 e 28 anos. O tempo que se dedicam a militância é, usualmente, entre 2 e 4 anos. Por esse motivo, esta pesquisa possui um viés, por não abarcar de forma representativa as distintas realidades da militância organizada em Palmas- TO. Esta é mais uma justificativa para a não possibilidade de replicação ou utilização dessa pesquisa para fins quantitativos.

Sendo assim, sugere-se a realização de outros estudos, realizados em maior escala quantitativa; que abarquem as mulheres transgêneros (que se apoiam no transfeminismo); que abarquem as realidades das mulheres lésbicas, mulheres negras e a diversidade de mulheres que lutam sob a bandeira do feminismo.

A temática é atual e demanda análises cada vez mais completas e atualizadas, para que se possa substanciar teoricamente o feminismo como ferramenta de promoção de saúde mental e emancipação político/social/sexual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. **Revista Usp**, São Paulo, v. 1, n. 43, p.100-125, set. 1999.

ALVES, Branca Moreira; PINTAGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/brasiliense, 1981.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2015. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil)** Pinheiros, 2015.

ARAUJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Recife, v. 5, n. 3, p. 337-348, Setembro. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292005000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292005000300010>.

ARAUJO, Willian F.; FREITAS, Ernani; C.; MONTARDO, Sandra. P. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). *Processos culturais e suas manifestações*. 1 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2012, v. 1, p. 163-190

BADINTER, E. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, Márcio F.. A Noção de Ser no Mundo em Heidegger e sua Aplicação na Psicopatologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, (S.I), v. 3, n. 18, p.2-13, jan. 1998.

BBC NEWS (Brasil). #EleNão: : a manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **Bbc News**. São Paulo, p. 1-2. 30 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 10 out. 18.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1949.

BENTES, I. et al. **Midialivristas**, Uni-vos!. *Lugar Comum (UFRJ)*, v. 25-26, p. 137-141, 2008.

BÍBLIA. (Efésios 5:22) *Os deveres domésticos*. (1ª edição). São Paulo, Geográfica (2005).

BÍBLIA. (I Timóteo 2 11:15) *Os deveres da mulher cristã*. (1ª edição). São Paulo, Geográfica (2005).

BITTENCOURT, Naiara Andreolli. Movimentos feministas. **Insurgência**, Brasília, v. 1, n. 1, p.198-210, jan. 2015.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE . **Violência Intrafamiliar**. Brasília: Secretaria das Políticas da Saúde, 2002. 96 p. Disponível em:
<file:///C:/Users/Cliente/Desktop/tcc%20ii/cd05_19.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

BRITTO, Ilma A. Goulart de Souza. Psicopatologia e Análise do Comportamento: algumas reflexões. In: **Boletim Contexto**. São Paulo: ABPMC, 2012. p. 55-76.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p.679-684, out. 2006.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COELHO, Patricia Margarida Farias; COSTA, Marcos Rogério Martins. O ativismo digital: reflexões e apontamentos semióticos. **Teccogs**, São Paulo, v. 1, n. 8, p.1-166, jun. 12.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Decreto nº N° 1.973, de 1 de agosto de 1996**. Belém do Pará, PA.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Brasília , DF.

CORBIN, A. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 03 nov. 2018. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/03/interna_politica,717241/eles-bolsonaro-elas-haddad-eleicoes-dividiram-jovens-por-genero.shtml>. Acesso em: 04 nov. 2018.

COSTA, Marvin. **Como usar o stories do Instagram**. 2017. Disponível em:
<<https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2016/08/como-usar-o-stories-do-instagram.html>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

CYBERNETFX. **Como fazer um printscreen (captura) da tela?** 2017. Disponível em:
<<https://www.cybernetfx.com/clientes/knowledgebase.php?action=displayarticle&id=99>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Resolução nº 217 A III, de 10 de dezembro de 1948. Assembléia Geral das Nações Unidas. ONU.

Descritores em Ciências da Saúde: DeCS [Internet]. ed. 2017. São Paulo (SP): BIREME / OPAS / OMS. 2017 [atualizado 2017 Mai; citado 2017 Jun 13]. Disponível em: <http://decs.bvsalud.org>

DEVEREUX, G. “Normal and Abnormal: The Key Problem of Psychiatric Anthropology”, in **Some Uses of Anthropology: Theoretical and Applied**. Washington, The Anthropological Society of Washington, 1971.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco, 07 nov. 2017. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/11/07/internas_viver,729978/filosofo-judith-butler-e-recebida-no-brasil-sob-gritos-de-bruxa-pro.shtml>. Acesso em: 13 maio 2018.

DIEGUEZ, Roberta Siqueira Mocaiber. A mulher transexual no discurso contemporâneo: um estudo de caso. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [s.l.], v. 11, n. , p.521-538, 29 ago. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2016.22426>.

DIEMINGER, Carlise Clerice; OLIVEIRA, Rafael Santos de. Protagonismo ascendente: o ativismo online nas lutas feministas. **Derecho y Cambio Social**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p.1-18, jan. 2015.

DINIZ, Maria José Pereira. **Ações do movimento feminista pelo fim da violência doméstica contra a mulher, no estado do Pernambuco:: conquistas e desafios**. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

DRUMONT , M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3. n. 1, p. 81-85, 1980.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 14. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1963.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/02/1593592-mulheres-sofrem-ameacas-de-estupro-a-defender-feminismo-na-internet.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

INFANTE, Francisca. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, Aldo C.; SUÁREZ, Elbio Néstor (Org.). **Resiliência: Descobrendo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 23-38.

INIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Ed.). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais da mulher no Brasil**. (S.I): Informação Demográfica e Socioeconômica, 2017.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX**. In: HARAWAY, Donna; HARI, Kunzru; TOMAZ, Tadeu (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

LEI MARIA DA PENHA. Lei nº 11340/06, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF.

LUDEMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, p.451-467, 2008.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de et al. Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s.l.], v. 26, n. 4, p.1-9, 17 nov. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017001730016>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000400303&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 04 nov. 18.

MALCHER, Beatriz Moreira da Gama. **Crítica, moral e espetáculo: o caso do feminismo digital**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/tcc%20ii/disserta_bmalcher_2016.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p.13-18, jan. 2004.

Millet, Kate. **A Política Sexual**. Lisboa: Presença, 1970.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

OMS (Organização Mundial da Saúde). Relatório sobre a saúde no mundo - saúde mental: nova concepção, nova esperança. Genebra; 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) Org. **Relatório mundial da saúde**. Lisboa: Direcção-geral da Saúde, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, jan. 2005.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte; CABRAL, Camila Silva. Entre a luz e a escuridão: considerações sobre o Iluminismo e a instrução das mulheres. **Revista Espaço Acadêmico**, Goiânia, v. 200, n. 0, p.140-152, jan. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, v. 36, n. 18, p.15-23, jan. 2010.

POLTRONIERI, C. de F., et. al (2015, outubro-dezembro). Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital. **Revista Kairós Gerontologia**, 18(4), pp. 289-309. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse analysis** In: SMITH, J. A.; HARRÉ, H.; LANGENHOVE, L. V. (org.) Rethinking methods in Psychology. Londres: SAGE, 1995, p. 80-92.

PORTAL DA SAÚDE MENTAL (Org.). **Saúde mental: o conceito e a psicologia positiva**. 2016. Disponível em: <<https://www.portaldasaudemental.pt/artigos/saude-mental-conceito-psicologia-positiva/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

RABASQUINHO, Cidália; PEREIRA, Henrique. Género e saúde mental: Uma abordagem epidemiológica. **Análise Psicológica**, Presidente Castelo Branco, v. , n. 3, p.439-454, jan. 2007.

RASERA, Emerson F.. A psicologia discursiva nos estudos em Psicologia Social e Saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.815-834, jan. 2013.

RIBEIRO, Djamila. **As diversas ondas do feminismo acadêmico**. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

RIZZOTTO, Carla Candida; MEYER, Natasha; SOUSA, Fernanda Castro de. Ativismo digital: uma análise da repercussão de campanhas feministas na internet. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 1, p.124-147, ago. 2017.

SALES, André Luis Leite F.; FONTES, Flávio F.; YASUI, Silvio. Para (re)colocar um problema: a militância em questão. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.565-577, 2018. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.2-02pt>.

SANTAELLA, Lúcia. **A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

SARAIVA, A. C. (2014). **Movimento Passe Livre e Black Blocs: Quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013**. In A. D. Cattani (Ed.), *Protestos: Análises das ciências sociais* (pp. 41-52). Porto Alegre, RS: Tomo Editorial.

SARAIVA, Kaelly Virginia de Oliveira. **Gênero e Saúde Mental na atenção primária: a mulher como foco de investigação**. 2008. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SAWICKI, F., & SIMEANT, J. (2011). Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, 13(28), 200-255.

SCOTT, J. W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988

SEBASTIÃO, Sônia Pedro. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Revista Sociedade e Cultura**. v. 15, n. 1 (2012) Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/20673>. Acesso em: 27. Nov de 2018

SECRETARIA DE SAÚDE (Org.). (SPP/DVSAM) **Definição de Saúde Mental**. s/a. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1059>>. Acesso em: 07 maio 2018.

SHEAR, Marie. **A feminist dictionary**. Spring, 1986.

SICUTERI, Roberto. **Lilith: A Lua Negra**. (S.I): Paz e Terra, 1988.

SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: A. de O. COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SOUZA, Maria Erica Santana de. **Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE**. 2017. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

TILIO, Rafael de. Teoria de Gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 14, p.125-148, jan. 2014.

TORRES, Joel N.. Conhecimento de si e o sofrimento em Schopenhauer. **Lampejo**, [s.i], v. 4, n. 1, p.3-14, nov. 2013. Disponível em: http://revistalampejo.org/edicoes/edicao-4/artigos/Artigo1_Joel%20N%2003%20a%2014.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

Valverde, M. E. G. L. (1986). **Militância e poder: Balizas para uma genealogia da militância** (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil). Recuperado em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000017675>

Veiga-Neto, A. (2012). É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, 17(50), 267-282.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (Org.). **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Brasil, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php> Acesso em: 14 de Abril de 2018.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, [s.i], v. 1, n. 2, p.460-482, fev. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/tcc%20ii/artigo%20com%20referencias%20sobre%20viriacado.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

YUNES, Maria Angela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p.75-84, 2003.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.238-246, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. Bruxas: figuras de poder. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 13, p.331-341, ago. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Entrevista semiestruturada da pesquisa: **“SAÚDE MENTAL DE MULHERES FEMINISTAS: um estudo sobre o impacto do discurso de equidade de gênero nas relações sociais de militantes na cidade de Palmas – TO”**

Nome:

Idade:

1. Como se deu o seu primeiro contato com o discurso feminista?
2. O que é militância para você?
3. Quantas horas por semana você dedica à militância?
4. Para você, o que significa saúde mental?
5. Você tem algum histórico de adoecimento mental?
6. Você acredita que o engajamento em militância feminista afetou suas relações sociais? Caso sim, cite algum contexto que possa exemplificar.
7. Você acredita que o engajamento em militância feminista afetou sua saúde mental? Caso sim, cite um acontecimento que possa exemplificar.

APÊNDICE B


CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Saúde mental de mulheres feministas: um estudo sobre o impacto do discurso de equidade de gênero na saúde mental de militantes na cidade de Palmas – TO”. É uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e de natureza aplicada de campo. Essa pesquisa tem por objetivo descrever os possíveis impactos que o discurso de igualdade de gênero tem na saúde mental de mulheres que participam ativamente de militância feminista em Palmas-TO. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de agregamento de mais subsídios para a prática da psicologia clínica e social, pois as questões de opressão de gênero são cada vez mais presentes dentro dos consultórios e nas diversas realidades nas quais o profissional de psicologia poderá atuar.

A pesquisa acontecerá entre os dias 22 (vinte e dois) de agosto e 12 (doze) de setembro, de acordo com a disponibilidade das entrevistadas e da entrevistadora. A pesquisa se dará na sala 241, do prédio do Centro Universitário Luterano de Palmas, localizado na Av. Teotônio Segurado, 1501 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77000-900. Os gastos para que você se desloque até o local da entrevista serão ressarcidos pela pesquisadora responsável desta pesquisa, baseando-se no valor da passagem do transporte público na data da pesquisa.

A entrevista durará cerca de 50 (cinquenta) minutos a 1 (uma) hora, na qual a pesquisadora realizará perguntas previamente organizadas a fim de colher alguns dados a respeito da sua experiência com a militância feminista e sua saúde mental. Será utilizado um gravador para que os dados sejam coletados com maior fidedignidade. As informações coletadas serão reunidas e analisadas pela pesquisadora em seu trabalho acadêmico. Você terá livre acesso a este trabalho após a sua conclusão, e em nenhum momento serão divulgados seu nome, seus dados pessoais ou informações que comprometam sua integridade.

Em curto prazo, os benefícios da pesquisa são: a oportunidade de propor uma construção reflexiva acerca das temáticas discutidas em entrevista. Em médio prazo, você poderá ser beneficiada de forma indireta com o resultado da pesquisa, na medida em que este agregar conhecimento e somar construto teórico para a produção acadêmica relacionada à prática militante feminista.

Os riscos dessa pesquisa estão relacionados a um possível surgimento de sofrimento psíquico, uma possível exposição de nomes ou dados pessoais, assim como uma possível quebra de sigilo. A fim de prevenir essas situações, a pesquisadora se compromete a resguardar as informações coletadas, de acordo com o código de ética do profissional de Psicologia, e com a Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012, que regula as pesquisas

com seres humanos. Os áudios coletados durante a entrevista serão convertidos em áudio MP3, transcritos para CDs e guardados na coordenação do curso de Psicologia por um período de 5 (cinco) anos.

Também é disponibilizado a você, participante, o acesso ao Serviço de Psicologia (SEPSI) dispositivos da rede de saúde e atenção psicossocial caso seja necessário, e a pesquisadora acompanhará o processo até que seu encaminhamento tenha dado entrada nos serviços. As pesquisadoras também se comprometem a dar cobertura material para reparação de quaisquer danos causados a você e que sejam decorrentes da participação na pesquisa.

Fica explícita a sua total liberdade em se retirar a qualquer momento da entrevista e desistir da sua participação na pesquisa, sem precisar dar quaisquer justificativas e sem nenhum dano à sua integridade. Você também terá direito a uma via deste termo, enquanto a outra permanecerá na coordenação do curso de Psicologia do CEULP/Ulbra.

Este projeto será aplicado pela pesquisadora Talita dos Anjos Lima, contatada pelo número telefônico (63) 9 8417 6437, psicóloga em formação, orientada pela Prof.^a Me. Cristina D'Ornellas Filipakis, ambas vinculadas ao Centro Universitário Luterano de Palmas – Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA).

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo você deve ligar para a Coordenação de Psicologia do CEULP/ULBRA, situada no Prédio 2, Sala 208, (63) 3219-8072 ou mandar um e-mail para psicologia@ceulp.edu.br. Ou ainda, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CEULP/ULBRA, situado no Complexo Laboratorial (Prédio 5), 1º Piso, Sala 541 através do número telefônico (63) 3219-8076 ou e-mail etica@ceulp.edu.br, ambos nas dependências da instituição, na Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul Palmas - TO CEP 77.019-900.

Considerando que fui informada dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Palmas, de de 2018

.....
Assinatura da participante

.....
Assinatura da pesquisadora

.....
Assinatura da orientadora e pesquisadora-responsável

APÊNDICE C



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Declaração de autorização da Instituição Participante

A pesquisa “Saúde mental de mulheres feministas: um estudo sobre o impacto do discurso de equidade de gênero na saúde mental de militantes na cidade de Palmas – TO” será realizada na sala 241, do prédio do Centro Universitário Luterano de Palmas, localizado na Av. Teotônio Segurado, 1501 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77000-900, provavelmente entre os dias 22 (vinte e dois) de agosto e 12 (doze) de setembro. É uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e de natureza aplicada de campo. A forma de contato com a amostra se dará de forma escrita por meio de convites realizados nas redes sociais Facebook e Instagram e por contato pessoal e verbal efetuado pela pesquisadora Talita dos Anjos Lima, orientada pela pesquisadora-responsável Cristina D’Ornellas Filipakis. A amostra será aleatória, não vinculada à nenhuma instituição. Portanto, desta forma, não se torna necessária a declaração de autorização da Instituição Participante, tendo em vista que as participantes não serão convidadas a partir de nenhuma instituição e se voluntariarão para a participação na pesquisa. As pesquisadoras acima citadas se comprometem a:

1. Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
2. Obedecerem às disposições éticas de proteger as participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
3. Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos gerados, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão essas as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Palmas- Tocantins, Junho de 2018

.....
Talita dos Anjos Lima

.....
Cristina D’Ornellas Filipakis (CRP 23/844)